

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	10
3.4 - Política destinação de resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos	12
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	13
3.7 - Nível de endividamento	14
3.8 - Obrigações	15
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	17
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	39
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	40
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	43
4.5 - Processos sigilosos relevantes	44
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	45
4.7 - Outras contingências relevantes	46
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	48
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	49
5.3 - Descrição - Controles Internos	50

Índice

5.4 - Programa de Integridade	53
5.5 - Alterações significativas	55
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	56
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	57
6.3 - Breve histórico	58
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	60
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	61
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	62
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	63
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	64
7.3 - Produção/comercialização/mercados	65
7.4 - Principais clientes	66
7.5 - Efeitos da regulação estatal	67
7.6 - Receitas relevantes no exterior	68
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	69
7.8 - Políticas socioambientais	70
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	71
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	72
8.2 - Alterações na condução de negócios	73
8.3 - Contratos relevantes	74
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	75
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	76
9.1.a - Ativos imobilizados	77
9.1.b - Ativos Intangíveis	78
9.1.c - Participação em sociedades	79
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	80
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	81

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	94
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	95
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	96
10.5 - Políticas contábeis críticas	99
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	101
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	102
10.8 - Plano de Negócios	103
10.9 - Outros fatores com influência relevante	104
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	105
11.2 - Acompanhamento das projeções	106
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	107
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	108
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	109
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	110
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	111
12.7/8 - Composição dos comitês	115
12.9 - Relações familiares	116
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	117
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	118
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	119
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	120
13.2 - Remuneração total por órgão	121
13.3 - Remuneração variável	122
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	123
13.5 - Remuneração baseada em ações	124
13.6 - Opções em aberto	125
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	126
13.8 - Precificação das ações/opções	127

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	128
13.10 - Planos de previdência	129
13.11 - Remuneração máx, mín e média	130
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	131
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	132
13.14 - Remuneração - outras funções	133
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	134
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	135
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	137
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	138
14.3 - Política remuneração dos empregados	139
14.4 - Relações emissor / sindicatos	140
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	141
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	142
15.3 - Distribuição de capital	147
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	148
15.5 - Acordo de Acionistas	149
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	150
15.7 - Principais operações societárias	151
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	152
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	153
16.2 - Transações com partes relacionadas	155
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	160
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	161
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	162
17.2 - Aumentos do capital social	163
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	164
17.4 - Redução do capital social	165

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	166
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	167
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	168
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	169
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	170
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	171
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	172
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	173
18.8 - Títulos emitidos no exterior	174
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	175
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	176
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	177
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	178
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	179
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	180
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	181
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	182
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	183
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	184
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	185
21.3 - Responsáveis pela política	186
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	187

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Gustavo Serrao Chaves

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, **Gustavo Serrão Chaves**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº MG-18.287.053, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.508.247-39, com endereço comercial, para fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76, na Avenida dos Portugueses, S/N, Prédio DILN, 1º andar, sala 1, Itaqui-Pedrinhas, Retorno do Itaqui, CEP 65.085-582, DECLARO, que:

- a) revi o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Gustavo Serrão Chaves
Diretor-Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores**1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores****DECLARAÇÃO**

Eu, **Fábio Tadeu Marchiori Gama**, brasileiro, engenheiro químico, casado, inscrito no CPF sob o nº. 117.106.628-75, portador da cédula de identidade 15549110, com endereço comercial, para fins do disposto no §2º do Artigo 149 da Lei nº 6.404/76, na Avenida dos Portugueses, S/N, Prédio DILN, 1º andar, sala 1, Itaqui-Pedrinhas, Retorno do Itaqui, CEP 65.085-582, DECLARO, que:

- a) revi o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e
- c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



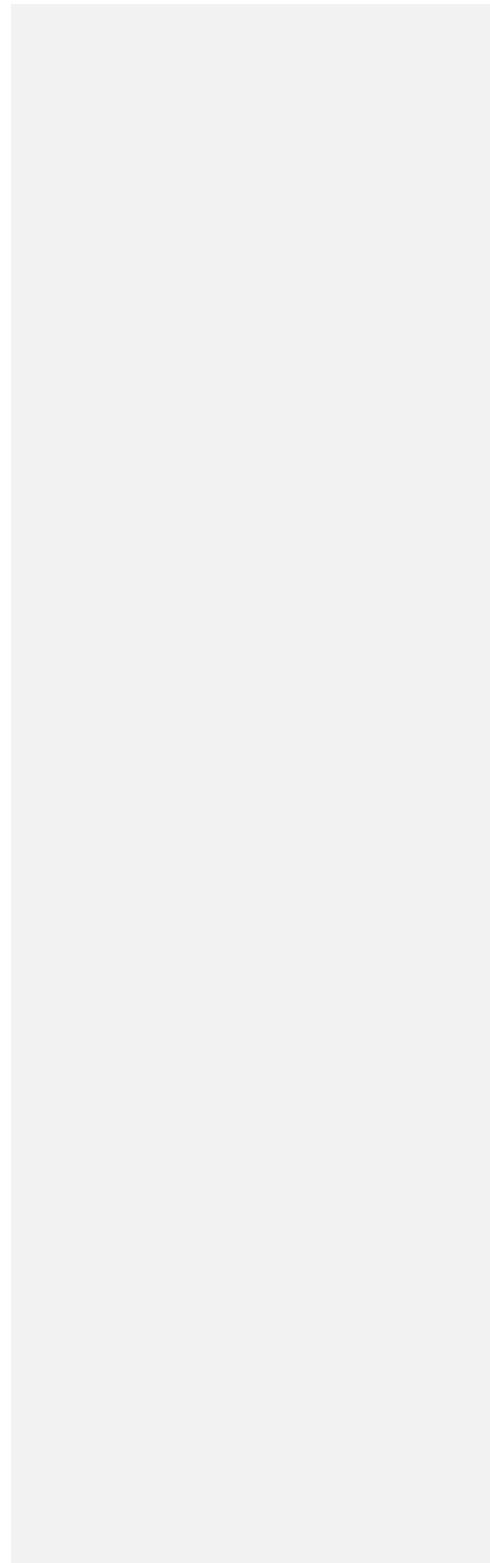
Fábio Tadeu Marchiori Gama
Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

As declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores encontram-se nos itens 1.1 e 1.2 deste formulário.



2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26
Período de prestação de serviço	22/01/2019
Descrição do serviço contratado	<p>1) Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2020 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;</p> <p>2) Relatórios de revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03/2020, 30/06/2020 e 30/09/2020, elaboradas de acordo com o CPC 21 (RI) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB;</p> <p>3) Relatórios de recomendações sobre os controles internos, compreendendo nossas constatações.</p>
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes receberam honorários no valor total de R\$ 217 mil, pelos serviços de auditoria contratados conf. detalhado no item 2.1 acima, não tendo sido prestados quaisquer outros serviços para a Companhia.
Justificativa da substituição	Rotação do prestador de serviços de auditoria externa independente, conforme roga a instrução 308/199.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não Aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Salvador	22/01/2019	032.954.046-74	Rua Antônio de Albuquerque, 330, 12º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (31) 32697900, Fax (31) 32697900, e-mail: msalvador@deloitte.com
Manoel Silva	01/04/2020	106.226.018-06	Rua Antônio de Albuquerque, 330, 12º andar, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (31) 32697900, Fax (31) 32697900, e-mail: msalvador@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0006-26
Período de prestação de serviço	22/01/2019
Descrição do serviço contratado	1) Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2019 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; 2) Relatórios de revisão das informações contábeis intermediárias em 31/03/2019, 30/06/2019 e 30/09/2019, elaboradas de acordo com o CPC 21 (RI) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB; 3) Relatórios de recomendações sobre os controles internos, compreendendo nossas constatações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes receberão honorários no valor total de R\$ 180 mil, pelos serviços de auditoria contratados conforme detalhado anteriormente.
Justificativa da substituição	Rotação do prestador de serviços de auditoria externa independente, conforme roga a instrução 308/199.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Salvador	01/04/2019	032.954.046-74	Rua Antônio de Albuquerque, 330, 12º andar, Funcionário, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30112-010, Telefone (5531) 32691525, e-mail: msalvador@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 Outras Informações relevantes

No exercício de 2020, não há outras informações relevantes.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	2.574.334.292,00	2.334.422.362,00	2.422.324.012,82
Ativo Total	4.305.674.060,00	3.168.092.451,00	2.750.622.375,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	916.585.876,00	876.079.722,00	752.980.404,45
Resultado Bruto	399.511.503,00	372.565.508,00	322.135.219,00
Resultado Líquido	294.365.900,00	292.098.349,00	271.220.416,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	1.835.966.791	1.835.966.791	1.835.966.791
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,402170	1,271490	1,319400
Resultado Básico por Ação	0,160300	0,159100	0,147700
Resultado Diluído por Ação	0,16	0,16	0,15

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis

a - Valor das Medições não Contábeis

A Companhia reporta o LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização (em inglês, *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*) em seu relatório da administração.

Segue reconciliação:

Evolução (R\$ milhares de reais)	2020	2019	2018 (Reapresentado)
Receita Bruta	956.789	913.990	784.406
(-) Deduções	(40.203)	(37.910)	(31.426)
Receita Líquida	916.586	876.080	752.980
(-) Custos Totais	(358.679)	(367.537)	(317.133)
(+/-) Outras Receitas/Despesas Operacionais	(35.765)	(20.380)	(7.677)
EBITDA	522.142	488.163	428.170
Margem EBITDA	56,97%	55,72%	56,86%
(-) D&A (depreciação e amortiz)	(158.395)	(135.977)	(113.712)
(-) Resultado Financeiro Líquido	(6.148)	(3.139)	4.930
(-) IR & CSLL	(63.233)	(56.948)	(48.168)
Resultado Líquido	294.366	292.099	271.220

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia concluiu em dezembro de 2020 a assinatura de Cédula de Créditos Bancários no montante de R\$ 86,3 milhões, com vencimento em 2036 e pela taxa de IPCA + 0,96%. Os valores foram desembolsados em março/2021.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 Política de destinação dos resultados

Resultado Líquido (R\$ Milhares)	2020	2019	2018 (Reapresentado)
	294.336	292.099	271.220
a. Regras sobre retenção de lucros		Exceto pela constituição das reservas obrigatórias previstas na legislação, a Companhia não possui regras estatutárias sobre retenção de lucros.	
b. Regras sobre distribuição de dividendos		<p>Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a companhia apurou lucro, tendo sido os mesmos destinados a constituição de reservas e dividendos mínimos nos montantes de R\$ 54.456, R\$ 54.764 e R\$ 50.838, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia distribuiu dividendos adicionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 nos montantes de R\$ 325.237 e R\$ 50.000, respectivamente.</p>	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos		Nos termos do artigo 33, os dividendos de que trata o parágrafo único do Artigo 30 serão pagos nas épocas e locais indicados pela diretoria, revertendo a favor da sociedade os que não forem reclamados dentro de 3 anos após a data do início do pagamento.	
d. Restrições à distribuição de dividendos		Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia.	
e. Política de destinação de resultado		A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br/	

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		294.366.000,00	292.099.000,00	271.220.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		18,500000	56,240000	18,457456
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		2,120000	7,040000	0,020987
Dividendo distribuído total		54.456.000,00	164.289.868,02	50.838.000,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			54.456.000,00	31/12/2021	54.764.000,00	31/12/2020	50.838.000,00	30/05/2019
Outros								
Ordinária					164.289.868,02	31/12/2022		

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas

A companhia deliberou quanto a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao lucro apurado nos exercícios sociais dos anos de 2020, 2019, 2018 e 2017.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	1.731.340.000,00	Índice de Endividamento	0,67253800	

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação A companhia não possui empréstimos, financiamentos e títulos de dívida em 31/12/2020							

3.9. Outras informações relevantes

3.9. Informações financeiras selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 197.626 (2018 - R\$ 185.548).

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec “Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações” do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco****4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimentos.**

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) ao emissor

As operações da Companhia podem ser afetadas por eventos imprevisíveis, de caso fortuito e força maior, característicos da atividade ferroviária.

O transporte de cargas por trem riscos inerentes, tais como de colisões, tombamentos, atropelamentos, descarrilamentos, perda de ativos, vazamentos de combustível e outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, interrupção de operações devido a fatores políticos, como manifestações de grupos ou associações civis, condições meteorológicas adversas e desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra, os quais podem resultar em perda de receitas, no aumento de custos para a Companhia, redução na velocidade de transporte, perdas de produtos transportados e podendo assim desestimular a contratação do serviço de transporte prestado pela Companhia, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os seus resultados operacionais.

Adicionalmente, tendo em vista que uma parcela relevante das receitas da Companhia decorre do transporte de produtos agrícolas, as operações da Companhia podem ser afetadas periodicamente por quebras de safra, especialmente da soja.

A ocorrência de um desastre natural de grandes proporções ou de qualquer desses eventos poderá causar redução na velocidade de transporte e perdas de produtos transportados, podendo assim desestimular a contratação do serviço de transporte prestado pela Companhia, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre os seus resultados operacionais.

A construção, operação e manutenção da malha ferroviária envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas.

A construção, operação e manutenção de instalações e equipamentos para o transporte e logística envolvem vários riscos, incluindo:

- incapacidade de obter ou renovar permissões, aprovações governamentais e licenças;
 - indisponibilidade de equipamentos ou de mão de obra especializada para a condução das atividades de operação e manutenção da malha ferroviária;
 - indisponibilidade ou atrasos em obras relacionadas aos serviços de manutenção preventiva e corretiva da malha ferroviária;
 - interrupção do fornecimento de materiais, equipamentos ou combustível;
 - interrupção no trabalho;
 - greve e outras disputas trabalhistas;
 - agitações sociais;
 - falhas de projeto, defeitos na execução de projetos e problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
 - paralisações na operação em decorrência de reparos, de defeitos em série, vícios ocultos ou falhas da construção;
 - necessidade de altos investimentos de capital, especialmente para retificar defeitos ocorridos na fase de construção da malha ferroviária, inclusive aqueles necessários à operação ótima da malha ferroviária, para atingimento do desempenho projetado;
- e
- indisponibilidade de financiamentos adequados.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Se a Companhia se deparar com qualquer desses ou de outros riscos, poderá não ser capaz de realizar o transporte e a logística em quantidades compatíveis com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode vir a afetar de maneira adversa sua situação financeira e seus resultados operacionais.

As operações da Companhia transportam e armazenam produtos com potencial de causar impactos as pessoas e ao meio ambiente, o que pode afetar a reputação e os resultados operacionais da Companhia

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam os seus imóveis (inclusive eventuais invasões da faixa de domínio da ferrovia por pessoas / comunidades onde não se cumpre a determinação mínima de distância sendo obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado da ferrovia), instalações, materiais rodantes, via permanente e suas margens (sendo esta composta pelos trilhos, dormentes, lastro, sub-lastro e sub-leito, além das fixações e placas de apoio que unem os trilhos aos dormentes) inclusive , entre outros, incêndio com potencial para destruir máquinas, equipamentos e instalações, assim como as cargas de seus clientes sendo transportadas. A operação de qualquer transporte e manuseio de carga apresenta riscos inerentes de catástrofes, falhas mecânicas e elétricas, colisões e perdas de ativos.

Incêndios, explosões e vazamentos de combustível e outros produtos inflamáveis, bem como outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, acidentes ferroviários, incidentes e acidente em terminais de carga ou descarga, condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, assunção de responsabilidades, pagamento de multas e indenizações, ou aumento de custos.

O transporte e o armazenamento de cargas que a Companhia realiza inclui atender clientes que operam com produtos químicos e inflamáveis que podem gerar vazamentos e outros incidentes de impacto social ou ambiental. As ações de respostas e contingências podem provocar a redução de velocidade de transporte, interdição temporária de sites operacionais, perdas de produtos, multas e outras consequências, o que pode de gerar um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por seguro, cujas coberturas de seguros contratados sejam insuficientes e a dificuldades na contratação de novas apólices, o que pode gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos (tais como interrupção de certas atividades), para os quais não tenha cobertura contratada ou cujos danos sejam maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado. Ainda, a Companhia não tem como garantir que as seguradoras com as quais mantém apólices não vão entrar em dificuldades financeiras, ou até entrar em processo de falência ou de recuperação judicial.

Os eventos para os quais a Companhia pode não possuir seguro são aqueles originados em atos de guerra, terrorismo, caso fortuito e força maior. Portanto, danos e interrupção de atividades causados por esses motivos podem ter um efeito negativo substancial na condição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, não cobertos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que pode comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou, em caso de dificuldades financeiras da seguradora, que será realizado, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios, cumulada com a ocorrência de um sinistro, pode colocar a Companhia em uma situação de risco, dado que, nessa hipótese, danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Além disto, a Companhia pode ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venham a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de suportar os investimentos de capital e despesas de manutenção necessários para o desenvolvimento de seus projetos. Ainda, a Companhia pode não conseguir ter acesso a novos financiamentos a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras.

Pela natureza das suas operações, a Companhia tem forte relação com outros investimentos em infraestrutura logística, como as rodovias nas regiões produtoras, armazéns para estocagem dos granéis e capacitação dos portos para escoamento da produção. A viabilidade de um projeto de logística multimodal, que envolve transporte ferroviário e operações portuárias, está fortemente vinculada a estes empreendimentos.

A Companhia necessita de capital para adquirir novos equipamentos, manter as condições operacionais dos equipamentos existentes, financiar custos operacionais, obter direitos de titularidade, licenças e autorizações, bem como para assegurar o continuado cumprimento da legislação e regulamentação ambientais. Na medida em que os recursos financeiros gerados internamente e aqueles decorrentes de empréstimos e financiamentos contratados sejam insuficientes para financiar a nossa necessidade de capital, será preciso obter recursos adicionais através de endividamento e/ou emissão de valores mobiliários. No entanto, esse tipo de financiamento por meio de endividamento bancário ou emissão de valores mobiliários poderá não estar disponível ou, se estiver, poderá não estar disponível em termos aceitáveis. Nossos futuros financiamentos via emissão de dívida poderão resultar em maiores despesas com o serviço e amortização da dívida, aumento do nível de alavancagem, e diminuição da receita disponível para financiar novas aquisições e a expansão dos negócios. Ademais, futuros financiamentos da dívida poderão

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1. Descrição - Fatores de Risco
limita a capacidade da Companhia de suportar pressões competitivas, deixando-a mais vulneráveis em períodos de crise econômica.

A falta de investimentos por parte dos setores público e privado em qualquer um destes segmentos pode ter efeitos adversos sobre as operações da Companhia.

Além disso, a volatilidade substancial nos mercados de capitais globais, a indisponibilidade de financiamento nos mercados globais de capitais a taxas razoáveis e as interrupções do mercado de crédito tiveram um impacto negativo significativo nos mercados financeiros, bem como nas economias global e doméstica. Em particular, o custo do financiamento nos mercados globais de dívida aumentou substancialmente, restringindo a disponibilidade de recursos nesses mercados. Além disso, a volatilidade nos mercados levou a um aumento nos custos de obtenção de financiamento nos mercados de crédito, tendo em vista que muitos credores aumentaram as taxas de juros, adotaram políticas de empréstimos mais rigorosas, reduziram o volume e, em alguns casos, deixaram de oferecer financiamento em condições usualmente praticadas no mercado.

A obtenção, pela Companhia, de financiamento e refinanciamento de empréstimos existentes é fundamental para implementar sua estratégia e operar e expandir seus negócios. Instabilidades no mercado de crédito local e global e seus efeitos sobre as condições econômicas global e brasileira podem afetar a capacidade da Companhia em captar recursos em termos atrativos e impactar de forma relevante os seus negócios.

A incapacidade da Companhia de obter novos financiamentos ou refinar suas dívidas, quando necessário, ou obter ou renovar garantias de seguros em prazos razoáveis, pode se tornar um desafio à Companhia para cumprir suas obrigações financeiras ou explorar oportunidades de negócios. Este cenário pode vir a ter um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira e resultados das operações.

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia

A atividade de concessão da Companhia é objeto de contrato de concessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, sendo que a Companhia está sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

As atitudes acima descritas, bem como a edição de normas ainda mais rígidas em razão do interesse público, poderão afetar adversamente a capacidade da Companhia de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios, influenciando de forma negativa os seus resultados.

A perda das concessões ferroviárias da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias pode ter um impacto negativo substancial no negócio da Companhia. As concessões ferroviárias da Companhia estão sujeitas à rescisão prematura em certas circunstâncias, inclusive pela retomada pelas autoridades brasileiras do controle do serviço de acordo com a lei aplicável, ou pela rescisão da concessão em razão de violação dos respectivos contratos, em especial pela inadequada prestação dos respectivos serviços objeto dos contratos de concessão listados no item [9.1(b) e 7] deste Formulário de Referência.

Nos termos da Lei Federal nº 8.987/1995, os contratos de concessão poderão ser extintos como decorrência de: (i) advento do termo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação; (vi) falência; ou (vii) extinção da empresa concessionária e, com a advento da Lei nº 13.448/2017 e sua posterior regulamentação pelo Decreto nº 9.957/2019, outra forma de encerramento prematuro dos contratos de parceria com o Poder Público é o procedimento de relicitação. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão.

No caso de rescisão de uma concessão, os ativos arrendados ou operados reverterem ao Poder Concedente e o valor de eventual compensação recebida pode não ser suficiente para cobrir as perdas incorridas pela Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias em decorrência dessa rescisão prematura. Ademais, certos credores podem ter prioridade em relação a essa compensação. Além disso, nos termos dos contratos de concessão, o Poder Concedente poderá intervir na concessão para assegurar a prestação do serviço concedido, bem como para fazer cumprir as cláusulas contratuais, normas regulamentadoras e legais. A extinção antecipada dos contratos de concessão da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias, assim como a imposição de penalidades à Companhia e/ou às suas controladas e subsidiárias associadas a tal extinção, e a intervenção na gestão da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias poderão gerar significativos impactos nos resultados da Companhia, afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras, bem como impactar e expor a imagem da Companhia.

A Companhia pode não conseguir renovar antecipadamente o contrato de concessão da Ferrovia Centro – Atlântica S.A. (“FCA”), atualmente sob avaliação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o que pode impactar de forma relevante e adversa o seu plano de investimento e estratégia de crescimento.

Os contratos de concessão da FCA, têm prazos de vencimento previsto para 2026. A Companhia protocolou pedido formal de prorrogação antecipada do prazo do contrato de concessão, que foi devidamente qualificado por meio do Decreto Presidencial nº 9.059/17, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Nos termos da Lei nº 13.448/2017, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 752/2016, que estabelece as diretrizes gerais para prorrogação, inclusive antecipada e a relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334/2016, da Administração Pública Federal, os concessionários de ferrovias podem pleitear a prorrogação antecipada, devendo comprovar a prestação de serviço adequado (cumprimento das metas de produção e de segurança ou das metas de segurança definidas no contrato, nos termos estabelecidos pelo artigo 6º, §2º, inciso II, da Lei nº 13.448/2017). O respectivo termo aditivo deverá conter o respectivo cronograma dos

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição - Fatores de Risco

Investimentos obrigatórios previstos e inoperância mecanismos que desestimulem eventuais inexecuções ou atrasos de obrigações, como o desconto anual de reequilíbrio e o pagamento de adicional de outorga. Atualmente o processo de prorrogação da FCA está em fase de análise dos estudos pela ANTT. A Companhia não pode garantir que os processos de prorrogação acontecerão ou, ainda, estimar um prazo para seu acontecimento, uma vez que depende da agenda do Governo Federal, bem como de tratativas de modelagem econômico-financeira para viabilizar uma prorrogação sustentável para ambas as partes.

Caso os contratos de concessão da FCA não sejam renovados em 2026, a Companhia poderá ter impactos relevantes em sua receita e em seu resultado operacional.

O reajuste de tarifas estipuladas pelos contratos de concessão pode impactar negativamente o resultado da Companhia

Os contratos de concessão e subconcessão celebrados pela Companhia, suas subsidiárias e sociedades controladas, junto ao Poder Concedente, indicados no item 9.1. do Formulário de Referência especificam as tarifas que podem ser cobradas e preveem um reajuste periódico para compensar os efeitos da inflação. Essas tarifas estão sujeitas à aprovação do Poder Concedente, de modo que não se pode assegurar que o Poder Concedente agirá de forma favorável ou diligente. Em caso de ajustes que não os decorrentes de reajustes de tarifas para compensar os efeitos da inflação, a Companhia confia em um mecanismo menos objetivo, previsto nos contratos de concessão, chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto a Companhia quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos poderes concedentes.

Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

A extinção antecipada dos contratos de concessão e acordos comerciais podem impactar adversamente os negócios da Companhia.

O objeto social da Companhia consiste na prestação do serviço de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, explorar os serviços de carga, descarga, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias e rodoviárias objeto da concessão.

As concessões ferroviárias brasileiras estão sujeitas à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, incluindo a encampação pelo Governo Brasileiro, determinada por lei, ou a caducidade, pelo descumprimento dos termos do contrato de concessão. Adicionalmente, o contrato de concessão poderá ser extinto antecipadamente por (i) rescisão embasada em decisão condenatória irrecorrível proferida em processo judicial de iniciativa da subconcessionária, com fundamento em descumprimento de normas contratuais; (ii) anulação da licitação, decidida em processo administrativo ou judicial, e (iii) falência ou extinção da subconcessionária.

Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos serão revertidos ao respectivo Poder Concedente. Não se pode assegurar que a indenização à concessionária e à subconcessionária quanto ao valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados será suficiente para compensar o valor de tais ativos ou lucros cessantes. Dessa forma, a extinção antecipada do contrato de concessão e subconcessão poderá impedir a realização integral do valor de determinados ativos e causar a perda de lucros cessantes sem uma indenização adequada, o que poderá afetar, de forma adversa, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A Companhia está sujeita ao atendimento de práticas de sustentabilidade e normas de proteção do meio ambiente, as quais requerem constante investimento de recursos. O cumprimento das normas aplicáveis é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades da Companhia. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a despendar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações podem implicar em custos adicionais significativos, ocasionando um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia enfrenta riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação das suas atividades

As atividades exercidas pela Companhia dependem de licenças de responsabilidade da Prefeitura local, destacando-se o Habite-se (Auto de Conclusão de Obras) e a Licença de Instalação e Funcionamento ("LIF"). O Habite-se atesta que as edificações realizadas nos imóveis foram concluídas de acordo com os projetos aprovados perante as autoridades competentes e em conformidade com a legislação municipal, não possuindo prazo de validade. A LIF é o documento hábil para autorizar o desenvolvimento de atividades empresariais nos imóveis, sendo certo que a operação de atividades não residenciais sem as respectivas licenças imobiliárias

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco
Implica no risco de interdição do estabelecimento, com aplicação de multas cumulativas. Ainda, a interdição pode ser determinada pelo período necessário à obtenção da licença, ou, em caso de impossibilidade, pode haver a lação definitiva.

No tocante ao documento de responsabilidade do Corpo de Bombeiros, trata-se do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"). A inexistência de AVCB válido, por seu turno, pode ensejar na autuação pelo referido órgão, com a aplicação das penalidades gradativas e/ou cumulativas, que podem ser desde notificações, multas e até, em casos mais extremos, interdição do estabelecimento. A Companhia não pode assegurar que atualmente possui, para o exercício de suas atividades, todas as licenças válidas para operar e/ou que obterá e/ou renovará, no futuro, estas licenças, ou que as obterá e/ou renovará sempre em prazos adequados, sendo certo que reconhece que a ausência de regularização poderá gerar óbices às ocupações atualmente exercidas e, por conseguinte, eventuais prejuízos financeiros advindos por multas, bem como procedimentos de realocação.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades. A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de expansão das operações; e/ou (ii) a paralisação/suspensão das operações, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente e de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido a pandemia da COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas de redução de funcionamento de órgãos públicos pelo Governo Federal, bem como pelos governos estaduais e municipais, o que pode dificultar a obtenção e/ou renovação das licenças, registros, alvarás e autorizações necessárias para as atividades da Companhia.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependerão, em parte, da implementação bem-sucedida de sua estratégia de negócios, que tem como posicionamento conectar e inovar soluções sustentáveis para servir ao cliente através de direcionadores estratégicos para expandir o olhar na cadeia, maximizar a eficiência, ter um portfólio balanceado e crescer em corredores chaves, incluindo o aumento da sua atual capacidade de transportes.

Além disso, a capacidade de crescimento da Companhia depende da demanda. Nesse sentido, a Companhia está exposta aos seguintes riscos: (a) quebra de safra agrícola, principalmente em função de condições climáticas; (b) falta de interesse do produtor em plantar, principalmente relacionado a câmbio e preços internacionais; (c) atratividade da ferrovia versus outros modos de transporte; (d) eficácia dos investimentos planejados para aumento da capacidade da ferrovia; (e) capacidade de financiar investimentos de expansão; (f) a manutenção e renovação das concessões; (g) indisponibilidade ou restrições de utilizar a malha de ferrovias de outras concessionárias para acesso aos portos; (h) interrupção ou restrições do modal rodoviário para abastecimento dos terminais; (i) condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito; (j) mudanças regulatórias nas normas que regulam as atividades de transporte ferroviário; e (k) mudanças disruptivas que afetem as cadeias dos clientes ou o setor de logística nacional.

A Companhia não pode garantir que estará apta a alcançar seus objetivos de negócios que envolvem possuir um portfólio balanceado, crescer a capacidade em volume, crescer em corredores chaves com objetivo de transformar a logística do Brasil ao garantir a Companhia suas metas de crescimento e de resultados financeiros. A falha da Companhia em atingir qualquer desses objetivos em decorrência de dificuldades competitivas, custos ou restrições em sua capacidade de investimento pode vir a limitar a capacidade da Companhia em implementar a sua estratégia de crescimento de maneira satisfatória.

A Companhia depende de alguns membros da Administração para desenvolver e implementar sua estratégia de negócio e supervisionar suas operações.

A capacidade de implementar a estratégia da Companhia depende, em larga escala, dos serviços de sua alta administração. Os executivos seniores são responsáveis, em grande parte, pelo desenvolvimento da expertise no setor de logística da Companhia, pela originação e avaliação de oportunidades de negócio, bem como pela condução dos investimentos e aquisições da Companhia. Se, porventura, a Companhia vier a perder os membros de sua alta administração, ela não terá como garantir que será capaz de atrair e contratar funcionários qualificados em sua substituição. A perda de qualquer dos membros de sua alta administração ou a impossibilidade de atrair e contratar outros funcionários para integrá-la poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

O insucesso de parcerias estratégicas pode impor à Companhia obrigações financeiras e de desempenho adicionais, reduzindo sua rentabilidade.

A Companhia celebra, inclusive por meio de suas subsidiárias, parcerias estratégicas, joint-ventures, associações, consórcios, alianças e colaborações, incluindo, entre outras, parcerias com seus clientes. O sucesso dessas parcerias estratégicas depende, em parte, do desempenho satisfatório pela Companhia e por seus parceiros das respectivas obrigações estabelecidas. A inexecução satisfatória pela Companhia ou pelos seus parceiros em relação às obrigações das parcerias estratégicas pode gerar a incapacidade de a Companhia executar ou entregar os serviços contratados. A Companhia pode ser obrigada a fazer investimentos adicionais e prestar serviços adicionais para assegurar o desempenho adequado e entrega dos serviços contratados ou pode ser obrigada a terminar antecipadamente tais parcerias. O cumprimento dessas obrigações adicionais pode resultar na redução de lucros da Companhia ou, em alguns casos, em perdas significativas para a Companhia com relação à parceria estratégica.

As parcerias estratégicas da Companhia (por exemplo: parcerias com clientes para execução de investimentos em conjunto) são essenciais para a continuidade de suas operações e crescimento. Caso a Companhia encontre dificuldades em manter suas

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

parcerias existentes, identificar novas parcerias ou caso suas parcerias estratégicas ou comerciais sejam malsucedidas, seus negócios, seus resultados e sua condição financeira podem ser relevantemente e adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de integrar as operações de outras companhias que venham a ser adquiridas por ela ou de alcançar os benefícios esperados decorrentes de tais aquisições.

Aquisições, especialmente aquelas que envolvam empreendimentos de grande porte, podem apresentar desafios, tanto de gestão, quanto operacionais, como o desvio da atenção da administração do negócio existente e dificuldades na integração de operações e pessoal. Qualquer falha em novos negócios ou na administração de quaisquer alianças novas pode afetar negativamente o negócio e o desempenho financeiro da Companhia.

Adicionalmente, alguns dos maiores concorrentes da Companhia podem buscar crescimento por meio de aquisições e alianças, o que pode diminuir a probabilidade de a Companhia obter sucesso na conclusão de aquisições e alianças. Aquisições também podem expor a Companhia ao risco de responsabilidade de sucessor em relação a ações ajuizadas anteriormente envolvendo uma empresa adquirida, ou obrigações contingentes incorridas antes da aquisição. O processo de auditoria conduzido pela Administração da Companhia e seus assessores externos em associação à aquisição e quaisquer garantias contratuais ou eventuais indenizações que a Companhia receber dos vendedores das empresas adquiridas podem não ser suficientes para proteger a Companhia ou compensá-la por obrigações efetivas.

Obrigações decorrentes da aquisição de outra companhia, como obrigações trabalhistas ou ambientais, podem afetar negativamente a reputação e o desempenho operacional e financeiro da Companhia, reduzindo, assim, os benefícios da aquisição.

A Companhia pode vir a precisar levantar capital adicional no futuro, por meio de parcerias estratégicas ou de emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das ações da Companhia, bem como resultar em uma potencial diluição da participação dos acionistas em seu capital social.

A Companhia pode precisar levantar fundos adicionais mediante a emissão pública ou privada de ações ou títulos conversíveis em ações. Tendo em vista que a natureza das operações da Companhia requer capital intensivo, a Companhia está constantemente analisando alternativas e considerando possibilidades de parcerias estratégicas, venda de ativos e captações adicionais por meio de operações de emissão pública ou privada de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de sua emissão.

Qualquer parceria estratégica ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos acionistas no seu capital social.

As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por paralisações de terceiros e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A Companhia está sujeita a paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, a exemplo da greve dos caminhoneiros em maio de 2018, quando os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve nacional para reivindicação de redução de tributos incidentes sobre o diesel e alteração da política de preços de combustíveis no Brasil. Paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta a interrupção de seus negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a Companhia se relaciona, tais como portos e caminhoneiros que abastecem os terminais da Companhia), movimentos indígenas e manifestações das comunidades que vivem entorno das operações. Essas interrupções, que não estão cobertas por seguros contratados pela Companhia, podem causar um efeito adverso relevante nos resultados das operações.

Os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente se as operações em terminais de carga e descarga, as operações de clientes e fornecedores ou operações portuárias sofrerem interrupções significativas.

As operações da Companhia dependem da operação ininterrupta dos terminais em que atua (tanto próprios quanto de terceiros), instalações de armazenamento e operações portuárias, assim como de sua malha e ativos ferroviários próprios e de outras concessionárias (uso do direito de passagem). A Companhia também depende da operação ininterrupta de certas instalações pertencentes ou operadas por fornecedores e clientes. As operações em suas instalações e nas instalações pertencentes ou operadas por fornecedores e clientes podem ser paralisadas, parcial ou totalmente, temporária ou permanentemente, em decorrência de inúmeras circunstâncias não sujeitas ao controle da Companhia, como, por exemplo:

- eventos catastróficos como enchentes, queimadas, incêndios, tempestades e ventos;
- questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, contaminação, obrigações de preservação da fauna e outras questões);
- dificuldades trabalhistas (incluindo paralisações de trabalho, greves e outros eventos);
- incidentes relacionados à segurança pública e terrorismo;
- interrupções no fornecimento de suprimentos às instalações e terminais da Companhia ou insumos essenciais aos trens que prestam serviço de transporte; e
- alterações legislativas.

Qualquer interrupção significativa nessas instalações, ou a incapacidade de se transportar produtos para essas instalações ou para as de seus clientes por qualquer razão pode levar a Companhia a ser responsabilizada em processos judiciais, administrativos ou outros, mesmo se a interrupção tiver sido causada por eventos externos ao seu controle. A responsabilização da Companhia por

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

tais eventos pode afetar negativamente de forma substancial seus resultados operacionais e fluxo de caixa. A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser insuficientes para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A Companhia e/ou suas controladas são e podem vir a ser parte em diversos processos nas esferas judicial, administrativa e arbitral, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, fiscais, criminais, ambientais e regulatórias. A Companhia não pode garantir que tais processos serão julgados favoravelmente à Companhia, ou, ainda, que os valores devidos serão aqueles estabelecidos nos processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Companhia ou de seus administradores ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Adicionalmente, é possível que a Companhia não tenha recursos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias não gerará a formalização de penhora livre de seus bens, inclusive de seus ativos financeiros, penhora do seu faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de suas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seus negócios.

Decisões desfavoráveis em processos criminais contra administradores e contra a Companhia, na esfera ambiental, podem afetar negativamente a Companhia e sua reputação.

Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais envolvendo a Companhia e suas controladas e seus administradores, vide os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos trabalhistas podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Uma parte significativa da mão de obra da Companhia é terceirizada. Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas dessas empresas, podendo ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes ou a pagar dívidas de processos trabalhistas ajuizados na Justiça do Trabalho, além de poder ser parte em procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público do Trabalho que poderão resultar em Termos de Ajuste de Conduta (TACs) ou Ações Cíveis Públicas (ACPs) impondo obrigações de fazer e/ou não fazer, bem como o pagamento de danos morais coletivos, o que pode ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seus negócios.

A operação da Companhia é sujeita a imprevistos diversos que podem comprometer o cumprimento das jornadas de trabalho e de interstício, gerando processos trabalhistas dos empregado próprios contra a empresa, o que pode levar a Companhia a ser autuada e/ou obrigada a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes nos processos trabalhistas ajuizados na Justiça do Trabalho, além de poder ser parte em procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público do Trabalho que poderão resultar em Termos de Ajuste de Conduta (TACs), bem como o pagamento de danos morais coletivos, o que pode ter um efeito adverso no resultado das operações.

Adicionalmente, a Companhia, em razão das atividades próprias e/ou de suas subsidiárias e controladas, está sujeita a riscos relacionados ao pagamento de indenizações aos seus empregados decorrentes de acidentes de trabalho, notadamente com relação às hipóteses de responsabilidade objetiva imputável ao empregador.

A Companhia pode ser malsucedida na redução dos custos operacionais e no aumento de eficiências operacionais.

É possível que a Companhia não consiga alcançar as economias de custo que espera, as quais dependem de vários fatores, tais como o preço de trilhos, dormentes, correias transportadoras, energia elétrica, combustível, ferro, engenharia e outros recursos necessários à sua atividade econômica.

Considerando os mercados altamente competitivos em que a Companhia opera, nos quais os preços muitas vezes são definidos pela oferta global, é possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos nos custos de materiais ao seu preço de venda (inclusive, em decorrência do teto tarifário), afetando, assim, negativamente seu desempenho financeiro.

Caso a Companhia não possua recursos suficientes para investimentos em tecnologia, o aumento da sua capacidade de transporte ferroviário pode ser prejudicada, bem como a redução de acidentes pessoais pode ser afetada.

A Companhia não pode prever quando novas tecnologias que resultem em uma redução nos custos dos serviços de logística e na redução de acidentes ficarão disponíveis, o índice de sua aceitação por seus concorrentes ou os custos associados a elas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, a Companhia pode tanto não dispor de capital suficiente para acompanhar os avanços tecnológicos, o que pode reduzir a demanda pelos serviços de logística por ela prestados e afetar a capacidade de redução de acidentes em suas atividades.

Em virtude das atividades desenvolvidas pela Companhia os empregados estão sujeitos a diversos riscos que podem, de alguma forma, causar lesões que os impeçam de continuar desempenhando suas tarefas (acidentes de trabalho), que, em virtude da responsabilidade objetiva poder levar ao pagamento de indenização pela Companhia, o que pode afetar de forma adversa a sua situação financeira.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, resultados e situação financeira, e sobre a cotação de suas ações.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, podem não ser eficazes para impedir que a administração e funcionários da Companhia ou terceiros atuem em seu nome, violem legislações e regulamentos anticorrupção.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e à Lei nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”), que impõem responsabilidade às empresas, no âmbito cível e administrativo por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e prestadores de serviços. Os administradores da Companhia também podem estar sujeitos a responsabilidade cível, administrativa e criminal por violações às referidas leis.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ficar sujeitas a multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00. Entre outras sanções, a Lei Anticorrupção também prevê: (i) a apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente; (ii) a suspensão ou a proibição parcial das operações da empresa; (iii) a dissolução da entidade e/ou (iv) a proibição de receber incentivos, subsídios, doações ou financiamentos do governo ou de entidades controladas pelo governo por um período de até cinco anos. A Lei de Improbidade Administrativa prevê penalidades que incluem a proibição de celebrar contratos com o governo por um período de até 10 (dez) anos.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção, da Lei de Improbidade Administrativa ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados, parceiros, representantes ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a Companhia, sua reputação e o preço de negociação de suas ações.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia, suas subsidiárias e controladas, contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas. Qualquer falha em cumprir com esses compromissos que não seja sanada ou dispensada pode também resultar no descumprimento de obrigações em outros contratos de financiamento (*cross default*). A aceleração de pagamento neste contrato de financiamento ou a incapacidade da Companhia de incorrer em novos endividamentos poderá afetar a situação de liquidez financeira de forma material.

Assim, falhas nos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, capacidade de contratação com o poder público, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão nos expor a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, monitorar e gerenciar riscos, revisados recentemente para fins da presente Oferta, podem não ser eficazes, e seus controles internos podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós são baseados no histórico do comportamento de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas, as quais podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a fraudes e roubos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados, buscando obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas da Companhia. Outros fatores que podem ocorrer e prejudicar significativamente as operações da Companhia incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos, *spyware*, *ransomware* e situações similares, erros de *softwares*, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e *data centers* da Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar, tratar e mitigar riscos de acesso não autorizado, uso indevido, vírus de computador e outros eventos que podem ter um impacto de segurança podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra ataques cibernéticos e outras violações relacionadas nos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, dos quais dependem as operações da Companhia, podem ter um efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia armazena informações altamente confidenciais, relacionadas a sua estratégia de longo prazo, resultados obtidos e projetos prioritários, em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus serviços. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia são armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outros ataques cibernéticos, as informações confidenciais da Companhia poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, seja por si ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia à aplicação de penalidades civis e criminais, bem como, às sanções de legislações específicas, como da Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; e/ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades governamentais.

Adicionalmente, as operações da Companhia utilizam sistemas de tecnologia para automação de seus processos e para realizar o controle de movimentação ferroviárias. Logo um ataque cibernético tem o potencial de interferir ou mesmo passar o controle operacional para pessoas não autorizadas, desta forma, podendo ocasionar acidentes como tombamentos ferroviários e vazamento de produtos químicos. Estes incidentes podem gerar consequências de contaminação do meio ambiente, lesões ou morte de pessoas da empresa ou comunidades, interrupções das operações, impactos negativos a reputação e responsabilidades legais.

Além disso, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente suas tecnologias e, ao fazê-lo, além da possibilidade de incorrer em despesas adicionais substanciais, poderá enfrentar problemas de integração, o que poderá afetá-la negativamente. Os softwares utilizados pela Companhia para processamento de suas transações muitas vezes precisam interagir com softwares ou sistemas operacionais de terceiros. Desta forma, eventuais incompatibilidades ou indisponibilidades desses softwares ou sistemas operacionais, ou ainda, quaisquer limitações em sua utilização, podem impedir o correto processamento das transações realizadas pelos clientes da Companhia, o que pode ocasionar prejuízos, conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras no âmbito dos referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, a Companhia.

Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita à aplicação de penalidades legais em caso de não conformidade com as regulamentações de proteção de dados.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferência de dados pessoais, bem como estabelece sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Ademais, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto às suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), cuja aplicabilidade somente será possível a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

Todavia, neste cenário (anterior à vigência das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia ainda não esteja em total conformidade com a LGPD, poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão ou proibição parcial ou total das atividades de tratamento, e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode ser alvo de aplicação de penalidades ou indenizações por falhas na proteção dos dados pessoais e inadequação à legislação, as quais podem vir a ocorrer devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que foram introduzidas e incertezas quanto à interpretação da nova legislação pelas autoridades governamentais. Tais falhas também, poderão afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor das suas ações.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus ativos de propriedade intelectual contra violações de terceiros poderá afetar negativamente a Companhia.

Problemas relacionados à proteção de ativos de propriedade intelectual da Companhia, essencialmente, patentes, marcas, programas de software e nomes e domínio, podem afetar a Companhia negativamente. A Companhia não pode garantir que essas propriedades intelectuais não serão violadas, nem que os registros já concedidos não serão objeto de pedido de nulidade por parte de terceiros, tanto na esfera administrativa, quanto na esfera judicial.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou, ainda, o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou de sua reputação. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas em tempo hábil, ou de que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas, existentes ou futuras, registradas ou licenciadas pela Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual da Companhia.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros pode ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual.

A Companhia acredita que suas marcas são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente, de forma adversa. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Caso a Companhia não logre êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Adicionalmente, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

A Companhia pode ser acusada de infração a direitos de propriedade intelectual de terceiros.

Os direitos de propriedade intelectual utilizado pela Companhia em suas atividades podem ser questionados por terceiros alegando violação de direitos de propriedade intelectual, podendo dar início a disputas e/ou litígios relacionados a ativos de propriedade intelectual que, ainda sem mérito, podem ser onerosos e demorados e ter um efeito negativo nos resultados da Companhia, devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

Como a Companhia utiliza propriedades intelectuais para seus negócios, clientes, autoridades/órgãos regulatórios ou outros terceiros podem alegar que a Companhia está infringindo direitos de propriedade intelectual de terceiros, fazendo com que a Companhia passe a ocupar o polo passivo de eventual litígio cível ou criminal relacionado à propriedade intelectual.

Nesse sentido, a Companhia pode sofrer danos relacionados à sua reputação e imagem e pode ser que tenha que alocar recursos significativos para a defesa de seus interesses em eventuais processos relacionados ao tema. Caso a Companhia tente obter licenças de tais terceiros para cessar quaisquer disputas, não há como garantir que tais licenças estarão disponíveis para a Companhia em termos aceitáveis, em cujo caso a Companhia pode ter que alterar suas marcas ou mudar sua forma de operação.

Ademais, a Companhia utiliza softwares de terceiros licenciados, caso tais licenças sejam contestadas ou consideradas inválidas por meio de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais definitivas, a Companhia pode não mais ter a autorização para utilizar tais tecnologias.

Qualquer infração a direitos de propriedade intelectual de terceiros pode ter um efeito material adverso nos negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia possui bens e ativos vinculados à prestação do serviço público de transporte ferroviário que não são disponíveis para satisfazer suas obrigações em eventuais execuções ou para eventos de liquidação, o que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição - Fatores de Risco

Parte substancial dos ativos da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência da Companhia, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

De acordo com a legislação em vigor e com os contratos de concessão e/ou arrendamentos dos quais a Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias são parte, ao final do prazo do respectivo contrato de concessão e/ou de arrendamento ou no caso de extinção antecipada, os bens da Companhia vinculados à prestação dos serviços públicos de transporte ferroviário e/ou de operação portuária devem ser revertidos para o Poder Concedente livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames, sendo impenhoráveis e indisponíveis para liquidação.

Dessa forma, caso eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente à Companhia por essas reversões sejam menores do que o valor de mercado dos ativos revertidos, tais restrições poderão diminuir significativamente os valores que os credores da Companhia receberiam em caso de liquidação.

Alguns imóveis relevantes operacionais ocupados pela Companhia são ocupados por meio de cessão sob o regime de aforamento.

A Companhia detém a propriedade do domínio útil de alguns imóveis operacionais. A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) é o órgão administrativo competente para realizar a gestão dos imóveis de propriedade da União (imóveis foreiros), principalmente no que diz respeito à sua forma de ocupação e seus aspectos fiscais. No regime de aforamento, a propriedade do imóvel permanece sendo da União, enquanto o domínio útil é transferido ao particular (no presente caso, à Companhia), mediante o pagamento de um valor anual (foro) ao Governo Federal, em montante equivalente a 0,6% do valor do terreno, excluídas as benfeitorias. Caso o titular do domínio útil (no regime de aforamento) pretenda transferir os direitos sobre referidos imóveis, faz-se necessário o pagamento de laudêmio, no valor equivalente a 5% do valor do terreno, excluídas as benfeitorias, além da obtenção da certidão autorizativa de transferência do imóvel (CAT).

De acordo com a legislação brasileira, são causas para a extinção do aforamento (i) inadimplemento de cláusula contratual, incluindo falta de zelo pela conservação dos imóveis e o não pagamento do foro durante três anos consecutivos ou quatro anos intercalados; (ii) acordo entre a União e o particular detentor do direito; (iii) remissão do foro, nas zonas onde não mais subsistam os motivos determinantes da aplicação do regime enfiteutico; (iv) pelo abandono do imóvel, caracterizado pela ocupação, por mais de 5 (cinco) anos, sem contestação, de assentamentos informais de baixa renda, retornando o domínio útil à União; ou (v) interesse público, mediante prévia indenização das benfeitorias inseridas no imóvel pelo particular. Assim, caso não seja mantido o domínio sobre tais imóveis ou o direito de ocupá-los, em razão da extinção do aforamento, a estratégia de negócios da Companhia poderá ser afetada de forma adversa, vez que a Companhia terá que desocupar os imóveis em questão.

A proximidade de alguns empreendimentos da Companhia a áreas de comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais pode resultar na imposição de medidas de mitigação e compensação de impactos adicionais, bem como restringir eventuais expansões da malha ferroviária na região e demandar alterações de traçado.

É necessário que as atividades desenvolvidas em áreas próximas das referidas áreas considerem as especificidades das comunidades locais, podendo o órgão ambiental impedir a implementação de empreendimentos que representem um alto risco socioambiental para a população local.

Adicionalmente, os empreendimentos potencialmente poluidores localizados em áreas próximas a terras indígenas, ocupadas pelos remanescentes de quilombos ou assentamentos rurais dependem da autorização específica da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, conforme aplicado. Atualmente, se discute judicialmente a possibilidade da falta de anuência de tais órgãos causar entraves ou impedir o licenciamento da atividade.

Os processos de licenciamento em regiões próximas a terras indígenas, quilombolas ou de assentamento, costumam ser mais morosos e dispendiosos, pois contam com mais etapas e procedimentos. Nesses casos, por exemplo, é necessário realizar Audiências Públicas e elaborar um Plano de Comunicação, para manter as comunidades locais sempre informadas sobre as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Existe risco de eventuais projetos de expansão serem modificados ou impedidos nas regiões próximas de terras indígenas, quilombolas e de assentamentos rurais.

A Companhia pode ser afetada por novas demarcações de terras indígenas pelas autoridades brasileiras, assentamentos, ocupações de movimentos sociais e comunidades tradicionais

Comunidades tradicionais (indígenas e remanescentes de quilombos), movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, são *stakeholders* relevantes para o desenvolvimento de empreendimentos no Brasil e que normalmente pleiteiam dos governos federais e estaduais a realização de procedimentos de demarcações de terras, arrecadação e discriminação de terras, reforma agrária e a redistribuição compulsória de terras, que podem abranger áreas atualmente ocupadas pela Companhia, a obrigando a deixar de operar em referidas áreas, o que pode impactar adversamente a operação da Companhia e afetar negativamente sua imagem e reputação.

Eventual processo de liquidação da Companhia e/ou de suas controladoras ou subsidiárias pode ser conduzido em bases consolidadas, afetando adversamente a Companhia e seus acionistas.

O Judiciário brasileiro ou os credores da Companhia e/ou de empresas de seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia e/ou empresa de seu grupo econômico como se fossem uma única sociedade

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, a Companhia e seus acionistas poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do seu grupo econômico.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista. Caso isso aconteça, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

O envelhecimento de nossas locomotivas, vagões, via permanente, ativos portuários e estruturas dos armazéns operacionais pode aumentar os custos, interromper nossas operações e impedir a implementação de nossa estratégia de negócios.

Nossos custos de operação e manutenção aumentam à medida que nossa frota e equipamentos ferroviários operacionais envelhecem. Além dos custos de manutenção para manter nossa frota e equipamentos ferroviários operacionais em uso, as taxas de seguro de carga e os custos de conformidade com as regulamentações governamentais, os padrões de segurança ou outros equipamentos estão sujeitos a aumento, o que pode exigir gastos de manutenção significativos. A falha em fazer despesas de capital para alterar ou adicionar novos equipamentos às nossas locomotivas, vagões, via permanente e estruturas dos armazéns pode diminuir a eficiência operacional e aumentar nossos custos. A Companhia não pode garantir que, à medida que nossos ativos envelhecem, as condições de mercado justificarão esses gastos ou nos permitirão operar nossos fluxos logísticos de forma lucrativa, o que pode causar a diminuição de nossas receitas, lucros e fluxo de caixa.

Os negócios da Companhia exigem capital para financiar a renovação e expansão de suas frotas ferroviária, via permanente e terminais integradores, para implementar a sua estratégia de crescimento.

A implementação da estratégia da Companhia de crescimento e o aumento da sua competitividade dependem da sua capacidade de realizar investimentos, de renovar e de expandir nossas frotas ferroviária, via permanente e terminais integradores. A capacidade de financiar a renovação e a expansão depende, por sua vez, do seu desempenho operacional e da sua capacidade de obtenção de financiamentos de longo prazo. A Companhia não pode garantir que conseguirá obter financiamento suficiente para suportar seus investimentos em bens de capital e para viabilizar a sua estratégia de expansão, nem que conseguirá financiamento a custos aceitáveis.

Condições macroeconômicas negativas, condições da indústria, seu desempenho ou outros fatores externos podem, por sua vez, afetar negativamente a nossa estratégia de crescimento, bem como nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos. Ainda, falhas na renovação da frota podem fazer com que os negócios da Companhia se tornem menos competitivos, o que pode afetar negativamente os seus negócios, a sua condição financeira e os seus resultados operacionais.

Além disso, a falha em projetos futuros na via permanente, locomotivas e vagões ou mesmo em atualização em ativos podem não materializar a redução prevista em custos unitários. Ou ainda, a não observação ou o não investimento em tecnologias disruptivas que podem diferenciar os custos podem reduzir o retorno previsto dos investimentos e tornar a tecnologia da empresa obsoleta, não melhorando os indicadores de custo unitário e eficiência energética, ficando os competidores com um custo logístico menor e assim, reduzindo a competitividade nas regiões de atuação da Companhia.

A volatilidade e incertezas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

Os preços de combustíveis estão historicamente sujeitos à volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. Os preços dos combustíveis são influenciados por inúmeros fatores, incluindo, entre outros, o nível da demanda de petróleo pelo consumidor e o fornecimento, o processamento, contingente e disponibilidade de transporte, o preço e disponibilidade de fontes de combustível alternativas, condições climáticas, catástrofes naturais e condições políticas ou hostilidades nas regiões produtoras de petróleo, além dos fatores políticos relacionados à política de preços do governo seguida pela Petrobras.

Aumentos significativos nos preços dos combustíveis podem aumentar os custos logísticos em geral, impactando a decisão de produtores em exportar commodities e, conseqüentemente, reduzindo o volume transportado pela Companhia. Por outro lado, reduções significativas nos preços dos combustíveis podem beneficiar o modal rodoviário e, conseqüentemente, reduzir a competitividade e o *market share* da Companhia. Desta forma, alterações significativas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Variações significativas no preço do combustível podem levar a um descolamento entre o efeito dos reajustes na tarifa e no custo, trazendo algum nível de exposição no EBITDA.

(b) ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

A Companhia é controlada diretamente pela VLI Multimodal S.A, que detém 99,99%. A VLI Multimodal é 100% controlada pela VLI S.A, que tem um bloco de controle composto pela Vale S.A., Mitsui & CO, Brookfield, FI-FGTS e BNDESPart os quais possuem 100% do capital social da Companhia. Os acionistas controladores têm o poder de, entre outros, nomear a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e determinar o resultado de determinadas deliberações que exigem aprovação dos acionistas, inclusive no que diz respeito a questões relacionadas a transações com partes relacionadas, reestruturações societárias, alienação de ativos, parcerias, bem como estabelecer cronogramas, condições e montantes de quaisquer pagamentos de dividendos futuros. Os acionistas controladores da Companhia podem vir a ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos ou parcerias, buscar financiamento ou entrar em transações similares que possam entrar em conflito com os interesses da Companhia ou de outros acionistas.

(c) aos acionistas da Companhia

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas, além do risco listado no item (b) acima.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

Tendo em vista a Companhia ser uma Companhia holding, consideramos no item (a) acima os riscos relacionados às controladas da Companhia.

(e) aos fornecedores da Companhia

A Companhia pode vir a ser responsabilizada por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, bem como pode ter sua imagem associada a práticas irregulares efetuadas por fornecedores independentes que mantenham relação comercial com a Companhia.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser considerada responsável solidária por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem lhe causar efeitos materialmente adversos, inclusive à sua imagem.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares pelos fornecedores, tais como a falta de recolhimento de verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos respectivos trabalhadores, práticas de trabalhos abusivas, mão de obra infantil, condições de trabalho análogas ao escravo, ou mesmo resultados indesejados provocados por acidentes de trabalho, podem impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia e fazer com que a Companhia celebre termos de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho (MPT), seja inserida em listas da Secretaria de Inspeção do Trabalho - Ministério da Economia e, por consequência, afetar negativamente sua capacidade de obter financiamento, elegibilidade a benefícios fiscais, capacidade de contratar com o poder público, resultados financeiros e operacionais.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como combustíveis, energia, peças de manutenção ou mão de obra. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia e a Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia possui uma concentração de principais clientes responsáveis por uma parcela significativa de suas receitas.

O mercado de commodities agrícolas é responsável pela maioria da carga transportada pela Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias. Este mercado tem a participação de grandes empresas comerciais exportadoras.

Avaliando a carteira de clientes da FNS os cinco maiores clientes da Companhia representam uma parcela significativa das receitas, sendo que o maior cliente da Companhia contribuiu com 15,7% da receita em 31 de dezembro de 2020.

Não há garantias de que a Companhia obterá junto a seus principais clientes receita equivalente no futuro. Qualquer alteração na demanda de serviços de transporte, incluindo serviços de logística, por seus principais clientes, pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1. Descrição - Fatores de Risco

As receitas da Companhia são predominantemente provenientes de contratos de transporte celebrados entre a Companhia e seus clientes. Não é possível garantir que os contratos de transporte permanecerão vigentes por todo o prazo inicialmente neles determinado ou que, uma vez vencidos, serão renovados, o que pode afetar os resultados financeiros da Companhia.

Adicionalmente, as receitas da Companhia são em sua grande maioria provenientes do agronegócio, desta forma a Companhia possui relevante dependência deste mercado e possíveis variações negativas nos volumes ou receitas no agronegócio brasileiro podem afetar os resultados operacionais da Companhia.

Declínios em certos setores de mercado cíclicos nos quais os clientes da Companhia operam podem ter efeitos negativos nos negócios da Companhia.

As indústrias de transporte e logística são altamente cíclicas, geralmente acompanhando os ciclos da economia mundial. Assim, os mercados de transporte são afetados pelas condições macroeconômicas e por inúmeros fatores específicos em cada setor de mercado que podem influenciar os resultados operacionais. Alguns dos clientes da Companhia fazem negócios em mercados altamente cíclicos, inclusive nos setores de petróleo e gás e no setor agrícola.

No Brasil, a safra da soja ocorre entre os meses de janeiro e maio, a do milho (que é destinada principalmente à exportação) ocorre entre os meses de abril e julho e a de açúcar, entre os meses de abril e dezembro. Por esta razão, a Companhia tipicamente conta com maior volume transportado nos segundo e terceiro trimestres de cada ano, e menor volume transportado no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

Qualquer declínio nesses setores de mercado pode ter um impacto negativo nos negócios da Companhia. Além disso, alguns dos produtos que a Companhia transporta têm apresentado um padrão histórico de variações cíclicas nos preços, tipicamente por influência do ambiente econômico geral e da capacidade da indústria e demanda. A Companhia não pode garantir que os preços e a demanda por esses produtos não irão diminuir no futuro, afetando negativamente esses setores do mercado e, em decorrência, o negócio e resultados financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito e outros riscos de contrapartes de seus clientes no curso normal dos seus negócios.

A Companhia tem como prática conceder crédito a seus clientes. Como esses clientes têm diferentes graus de credibilidade, a Companhia está exposta ao risco de não recebimento ou inadimplência dos contratos ou acordos celebrados com estes clientes. Se um número significativo de clientes relevantes inadimplir com suas obrigações de pagamento, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia podem vir a ser afetados de forma adversa.

A Companhia tem créditos com prazos variáveis e seus clientes têm diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles.

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações

Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, tal como o agronegócio. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Além disso, os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade de preço tipicamente influenciado pelo ambiente econômico geral e pela capacidade de demanda do setor, o que pode influenciar adversamente os negócios da Companhia.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia opera em uma indústria competitiva e suas operações podem ser impactadas adversamente caso a Companhia não seja capaz de enfrentar adequadamente os fatores que podem afetar negativamente suas receitas e custos.

O aumento da concorrência pode reduzir as receitas da Companhia e resultar em menores margens de lucro ou perda de participação no mercado. Os negócios, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia podem vir a ser afetados se a Companhia não conseguir competir adequadamente no mercado. A concorrência na indústria de serviços de transportes é intensa e compreende:

- a concorrência com outros tipos de transporte, como o rodoviário e o hidroviário;
- o desenvolvimento de novas alternativas ferroviárias;
- a dependência da qualidade operacional e capacidade dos terminais;
- o limite estabelecido pelo teto tarifário arbitrado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”);
- a redução das tarifas rodoviárias, especialmente em épocas com baixos índices de crescimento da economia ou baixa da demanda da produção agrícola, o que pode limitar a capacidade da Companhia de manter ou aumentar suas tarifas, de manter suas margens operacionais ou de sustentar um crescimento significativo para seu negócio;
- o estabelecimento pelos concorrentes da Companhia de relações de cooperação visando aumentar sua capacidade de atendimento às necessidades das embarcadoras, e
- as possíveis mudanças de legislação que gerem aumento de concorrência, seja pela facilitação de entrada de empresas estrangeiras nos setores ferroviário, seja pela flexibilização para se operar ferrovias através do Operador Ferroviário Independente (OFI).

Os principais concorrentes da Companhia são companhias do setor de transporte por caminhões que, historicamente, tem sido o principal modal de transporte no Brasil. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte, os caminhões foram responsáveis pelo transporte de cerca de 64,86% da produção brasileira em 2020, enquanto apenas cerca de 14,95% dessa produção foi transportada por vias férreas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição Fatores de Risco

Reduções nas receitas, margens de lucro menores ou a perda de participação de mercado são possíveis consequências do aumento na concorrência e qualquer uma delas, caso a Companhia não seja capaz de enfrentá-las adequadamente, pode impactar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Políticas e regulamentações governamentais que interfiram na atividade econômica e indústrias relacionadas podem afetar negativamente as operações e lucratividade da Companhia.

Os fluxos do comércio são afetados significativamente pelas políticas e regulamentações dos governos federal, estadual e municipal brasileiros, bem como estrangeiros, incluindo, sem limitação, medidas adotadas por esses governos para lidar com as crises econômicas e de saúde resultantes da pandemia do COVID-19. As políticas do governo que afetam a atividade econômica, tais como tarifas, tributos, subsídios e restrições às importações e exportações de mercadorias agrícolas e commodities, que representam parte relevante dos produtos transportados pela Companhia, podem influenciar na lucratividade da indústria e no volume e tipo de importações e exportações.

Futuras políticas governamentais do Brasil e de outros países podem afetar negativamente o fornecimento, a demanda e os preços dos serviços de logística da Companhia, ou restringir sua capacidade de fazer negócios em seus mercados atuais e potenciais, podendo afetar, assim, o desempenho financeiro da Companhia.

Mudanças nas leis tributárias podem aumentar a carga tributária da Companhia e, conseqüentemente, afetar adversamente a sua lucratividade.

O Governo Federal implementa regularmente mudanças nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária ou eliminar benefícios fiscais da Companhia, suas subsidiárias e entidades controladas e seus clientes, afetando a lucratividade da Companhia. Essas mudanças incluem modificações nas taxas de avaliação e, ocasionalmente, na promulgação de impostos novos ou temporários, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais.

Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais. Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, podendo ocasionar novas discussões administrativas e judiciais dos tributos controvertidos.

Em maio de 2014, foi promulgada a Lei Federal nº 12.973, que converte em lei as disposições previstas na Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. A Lei Federal nº 12.973/14 introduziu mudanças nas regras fiscais, revogou um regime tributário temporário vigente entre 2008 e 2014 e regulou a transição das práticas contábeis brasileiras então aplicáveis aos padrões internacionais IFRS. Ademais, a Lei Federal nº 12.973/14 realizou algumas modificações no tratamento tributário das receitas contábeis, a base tributável do ágio na aquisição de participações, o tratamento fiscal de fusões e aquisições, ajustes de valor presente nas investidas, despesas pré-operacionais e arrendamentos mercantis.

(h) à regulação dos setores em que a Companhia atua

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que exigem autorizações específicas para o exercício de suas atividades. A ausência ou falha na manutenção dessas autorizações pode impedir a condução regular das atividades.

A Companhia está sujeita a uma extensa variedade de leis e regulamentos que exigem o licenciamento das atividades, como requisito à condução das atividades relacionadas ao transporte ferroviário, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT). O não cumprimento dessas leis e regulamentos, a falha na manutenção ou ausência das licenças necessárias às operações da Companhia pode impedir a continuidade das atividades. Esses fatores podem afetar os resultados de forma adversa.

A falha em cumprir as leis e os regulamentos aplicáveis pode gerar efeitos adversos para a Companhia, uma vez que as entidades reguladoras podem impor penalidades à Companhia por descumprimento de disposições contratuais, regulatórias ou legais. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir advertências, multas, embargo à construção de novas instalações ou equipamentos, restrições à operação das instalações e equipamentos existentes, suspensão ou revogação de autorizações ou alvarás necessários para as operações da Companhia, suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões ou caducidade e intervenção na concessão. Qualquer uma das penalidades descritas anteriormente poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia. Adicionalmente, a implementação da estratégia de crescimento da Companhia e o desempenho de suas atividades operacionais podem ser afetados por medidas governamentais, tais como alterações nas leis e regulamentos aplicáveis, cuja antecipação pode não ser possível.

As tarifas ferroviárias brasileiras estão sujeitas a limites máximos estabelecidos pelo governo brasileiro.

De acordo com os contratos de concessão da malha ferroviária da Companhia, as tarifas de referência de serviços de frete ferroviário estão sujeitas a um preço máximo. Os preços máximos das tarifas de referência que a Companhia tem permissão para cobrar são corrigidos pela inflação de acordo com as variações do índice IGP-DI (ou índice substituto), nos termos da legislação brasileira, bem como dos contratos de concessão.

Atualmente, os reajustes das tarifas são feitos anualmente, em diferentes meses do ano, dependendo de cada contrato de concessão ao qual se relacione o reajuste. Ademais, as tarifas que a Companhia cobra pelos serviços de frete ferroviário em sua malha ferroviária podem ser revisadas, se ocorrer uma mudança justificada e permanente no mercado e/ou nos custos que possa alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ferroviária, ou conforme o governo brasileiro venha a

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco
 Determinar a cada cinco anos: Os mecanismos de Teestabelecimento do Tecequilíbrio estão definidos nos contratos e na legislação brasileira, e devem ser solicitados pela parte que sofrer o desequilíbrio, com a respectiva comprovação econômica.

Em 2012, a ANTT implementou uma revisão das tarifas de referência que alterou a metodologia original para a definição dessas taxas. A utilização de tabelas tarifárias revisadas pode afetar a capacidade da Companhia de gerar receita, pois essa revisão alterou a maioria das taxas para baixo afetando todas as concessões ferroviárias, inclusive FCA (Ferrovia Centro Atlântica).

A ANTT poderá implementar revisão das tarifas de referência, alterando a metodologia de definição das tarifas originalmente estabelecidas. Eventual aplicação de tabelas revisadas poderá gerar impacto na geração de receita da Companhia e a Companhia não pode garantir que, no futuro, as tarifas venham a ser fixadas em um nível que lhe permita continuar a operar lucrativamente.

A prestação dos serviços ferroviários pela Companhia insere-se em âmbito regulado e eventuais medidas adotadas pela Administração Pública podem impactar suas atividades.

Os serviços ferroviários prestados pela Companhia são amplamente regulados e supervisionados pelo Governo Federal, especialmente por meio do Ministério da Infraestrutura, bem como pela ANTT. A ANTT regulamenta diversos aspectos dos negócios das companhias que atuam no setor ferroviário brasileiro, inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas e à determinação da receita, além da definição das tarifas, visando garantir a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, bem como a modicidade tarifária.

Essas atividades são intensamente reguladas por meio de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções, entre outros atos legislativos e regulamentares. Alterações na legislação ou na regulamentação relativas aos setores ferroviário e portuário podem afetar adversamente os negócios e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Assim, a atuação da Administração Pública, em geral, pode impactar nos serviços prestados pela Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias. Caso, exemplificativamente, (i) exista a imposição de novas obrigações, (ii) haja a necessidade de se efetuar investimentos adicionais, não previstos originalmente nos contratos de concessão ou adesão, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, ou de veiculação de novas resoluções pela ANTT, (iii) ocorra a redução do escopo dos contratos de concessão ou adesão ou determinadas medidas estruturadas pela Companhia não sejam efetivadas (como a eventual prorrogação antecipada, a extensão de prazo de outorgas em vigor ou a sua realização em condições não favoráveis para a Companhia), a condição econômico-financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Sendo assim, a Companhia não poderá assegurar quais ações serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em quais aspectos tais ações poderão afetar os seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seus planos de negócio, os seus resultados financeiros e operacionais poderão ser adversamente afetados.

(i) aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) a questões socioambientais

A Companhia pode ser condenada a responder por danos ambientais causados às comunidades localizadas no entorno das áreas de atuação.

Além da possibilidade de responsabilização ambiental nas esferas administrativa e penal tal como previsto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, a Companhia pode ser acionada a responder por danos ambientais causados às comunidades localizadas no entorno das áreas de concessão.

As atividades da Companhia podem afetar espaços territoriais especialmente protegidos, a exemplo de territórios ocupados por comunidades tradicionais, demandando a obtenção de anuências, licenças e aprovações de órgãos ambientais e intervenientes, assim como a adoção de medidas mitigatórias de impactos à essas comunidades.

Além disso, especialmente em razão da movimentação relacionada ao transporte e manuseio de materiais perigosos pela Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias, estas podem vir a ser responsabilizadas pela saúde e segurança de seus funcionários, caso não sejam cumpridas regras ambientais e de segurança do trabalho, podendo, inclusive, ser condenada a pena restritiva de direitos (suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações), de modo que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia. Para informações sobre as políticas e práticas ambientais da Companhia e as ações relacionadas à responsabilidade social da Companhia, veja itens 7.5 e 7.8, respectivamente, deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental.

As operações da Companhia apresentam inúmeros riscos e perigos ambientais, incluindo o transporte, movimentação e uso de combustível diesel, produtos do petróleo e outros materiais inflamáveis. Atualmente, diversos riscos ambientais, principalmente decorrentes de poluição gradual, não estão cobertos por apólice de seguro. A Companhia está sujeita a uma vasta lista de leis, regulamentações, normas e exigências de licenças federais, estaduais e municipais, em relação à proteção do meio ambiente, o que deixa a Companhia, consequentemente, exposta a reparações civis, sanções criminais e ordens de fechamento por descumprimento da legislação ambiental, dentre outras sanções administrativas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição Fatores de Risco

A Companhia já incide e continuará a incidir em dispêndios para cumprir as leis ambientais, não sendo capaz de prever se o investimento futuro para cumprimento das normas ambientais será significativo. Ainda, derramamentos e contingências relacionadas as instalações de manutenção e serviço em sua malha ferroviária e de suas outras operações logísticas podem gerar impactos e resultar em danos ambientais, cuja extensão e custos de reparação não são facilmente determinados. Ademais, a Companhia poderá ser obrigada a eliminar a contaminação resultante de eventuais acidentes ferroviários e também poderá ser obrigada a pagar multas impostas por diferentes órgãos em associação a alguns desses acidentes, bem como responder a quaisquer processos judiciais, o que pode impactar significativamente seus resultados financeiros e sua imagem.

O descumprimento dessas leis e regulamentações (incluindo a não obtenção ou manutenção das licenças ambientais relevantes, bem como o cumprimento das condicionantes técnicas impostas no processo de licenciamento ambiental) pode sujeitar a Companhia a multas administrativas, interrupção compulsória de atividades e sanções criminais, além da obrigação de sanar os danos e pagar indenizações ambientais e a terceiros. Ademais, a legislação ambiental brasileira adota um sistema de responsabilidade civil objetiva e solidária, para danos ambientais, ou seja, independentemente de culpa ou dolo, a Companhia, isolada e solidariamente, pode vir a ser responsável pela reparação e/ou indenização de danos causados por seus fornecedores e clientes durante suas operações.

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (“Lei de Crimes Ambientais”) prevê, em seu artigo 4º, a possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente. Nessa situação, os sócios passam a ser pessoalmente responsáveis pela reparação do dano ao meio ambiente.

Considerando que a Companhia está sujeita a obrigações ambientais, quaisquer custos que elas possam incorrer para retificar possíveis danos ambientais levariam a uma redução nos recursos financeiros que estariam de outro modo à disposição da Companhia para investimentos estratégicos atuais e futuros, causando, assim, um impacto negativo sobre a Companhia.

A medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornem cada vez mais rigorosas, as despesas da Companhia para cumprimento das exigências ambientais devem aumentar no futuro. Além disso, a possível implementação de novas regulamentações, alterações nas regulamentações existentes ou a adoção de outras medidas pode fazer com que o montante e a frequência dos dispêndios da Companhia em preservação ambiental variem significativamente em comparação às estimativas atuais ou aos custos históricos. Quaisquer despesas futuras não planejadas podem forçar a Companhia a reduzir ou interromper investimentos estratégicos, possivelmente afetando negativamente a Companhia em consequência.

A Companhia está sujeita à realização de vistorias e fiscalizações de órgãos reguladores em suas instalações, unidades e sua malha ferroviária, para a aferição do impacto ambiental do desenvolvimento das atividades da Companhia como, por exemplo, por meio de contaminações, armazenamento e transporte de produtos perigosos, disposição de resíduos sólidos gerados, controle de emissões atmosféricas, podendo ser objeto de notificações e multas.

Para informações sobre os processos ambientais nas quais a Companhia é parte, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia incorre em custos substanciais para cumprir a regulamentação ambiental e pode se expor a responsabilidades caso não cumpra tais requisitos ou em decorrência de movimentação de materiais perigosos.

A Companhia está sujeita a várias leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de proteção ambiental e segurança, as quais regem, dentre outros assuntos:

expedição e renovação de licenças e autorizações ambientais válidas;
 geração, armazenamento, movimentação, uso e transporte de produtos perigosos;
 preservação da fauna, flora e outros recursos naturais;
 proteção de locais históricos e culturais;
 descarte de materiais perigosos no solo, ar ou água; e
 saúde e segurança de seus funcionários.

A Companhia também é obrigada a obter licenças e/ou autorizações ambientais (tais como licenças prévia, de instalação e de operação, bem como autorizações para a remoção de vegetação e armazenamento, uso e transporte de produtos perigosos, inscrição no Cadastro Técnico Federal com declaração das atividades com potencial poluidor) de autoridades governamentais para certos aspectos de suas operações. A não obtenção de licenças ambientais ou o descumprimento das condições sob as quais tais licenças sejam emitidas podem sujeitar a Companhia à responsabilidade criminal, administrativa e/ou civil.

Frequentemente, tais leis, regulamentações e licenças exigem que a Companhia adquira e instale equipamentos para controle da poluição ou façam modificações operacionais para mitigar os impactos reais ou potenciais no ambiente e/ou na saúde de seus funcionários. Além disso, as leis ambientais brasileiras estabelecem restrições para obter financiamento de entidades públicas em caso de violação de certas obrigações de proteção ambiental. Quaisquer violações dessas leis e regulamentações ou das condições de qualquer licença podem resultar em multas substanciais, sanções criminais e revogações de licenças de operação e/ou o fechamento de instalações da Companhia e/ou de suas controladas e subsidiárias.

Devido à possibilidade de mudanças na regulamentação ambiental, o montante e a ocasião de futuros investimentos pode variar substancialmente daqueles atualmente antecipados. Nos termos das leis ambientais brasileiras, a Companhia pode ser considerada objetivamente responsável por todos os custos relacionados à remediação ambiental de qualquer contaminação em suas atuais ou antigas instalações, bem como naquelas de seus antecessores, assim como em locais de descarte de resíduos de terceiros usados pela Companhia ou por qualquer um de seus antecessores. Atualmente, a Companhia gerencia 31 áreas contaminadas, localizadas nos estados de São Paulo, Bahia, Minas Geras, Rio de Janeiro, Tocantins, Maranhão, Goiás e Ceara. É importante ressaltar que a Companhia também pode ser considerada responsável por todas e quaisquer consequências originadas da exposição humana a substâncias perigosas, tais como pesticidas, herbicidas, contaminação do solo ou águas subterrâneas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia é parte em inúmeros processos administrativos e judiciais por supostas falhas no cumprimento da legislação ambiental, que podem resultar em multas, rescisões contratuais e de concessões, suspensão do seu licenciamento ambiental e, conseqüentemente, de suas atividades ou outros efeitos adversos em suas operações. As infrações que originam processos administrativos também podem levar a reivindicações civis e/ou criminais contra a Companhia e/ou suas controladas e subsidiárias. Os custos da Companhia para cumprir as leis ambientais e de saúde e segurança, atuais e futuras, bem como suas obrigações originárias de descartes de resíduos passados ou futuros, ou a exposição a substâncias perigosas, podem afetar negativamente a imagem, o negócio ou desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia possui Programas de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) em andamento. Para informações sobre os processos ambientais nos quais a Companhia é parte, veja o item 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

(k) Riscos políticos, macroeconômicos e referentes à conjuntura brasileira

A extensão, percepção e a maneira pela qual a pandemia do COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante para a Companhia, bem como em sua capacidade de continuar operando.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), pela febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), pela síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

No final de 2019, o COVID-19 foi detectado pela primeira vez em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia do COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. Em resposta, as autoridades em todo o mundo implementaram políticas para prevenir ou atrasar a propagação do vírus, como o fechamento temporário de um grande número de escritórios corporativos, fábricas de lojas de varejo e outras instalações, restrições ao movimento de mercadorias e pessoas e essas medidas estão em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo aqueles onde a Companhia atua, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o distanciamento social. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral e de nossos clientes, em particular, resultando em uma forte queda ou paralisação das atividades de empresas em diversos setores, inclusive nos setores em que atuam nossos principais clientes. Como resultado, as receitas de nossas operações foram impactadas e podem continuar a ser impactadas negativamente enquanto as restrições impostas nas jurisdições em que operamos permanecerem em vigor.

Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou novas ondas da doença se disseminem globalmente ou pelo Brasil, como novas variantes ou mutações do COVID-19 emergentes que são significativamente mais perigosas do ponto de vista da saúde ou são resistentes a vacinas, a Companhia pode enfrentar restrições operacionais com relação a algumas ou todas as suas operações, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Nesse caso, a Companhia pode vir a tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou que entenda ser no melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. Não há certeza de que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia de COVID-19 ou, de outra forma, serão satisfatórias e suficientes e, portanto, não pode garantir que será capaz de tomar todas as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os funcionários da Companhia se dirijam às instalações da Companhia (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria ainda mais o regular desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia. Possíveis funcionários infectados que frequentem alguma unidade da Companhia podem disseminar o vírus entre outros funcionários e forçar que a Companhia cesse as operações por um tempo.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as medidas restritivas impostas por alguns estados e municípios, bem como os impactos decorrentes da pandemia na Companhia, não serão agravados caso o Brasil enfrente uma terceira onda de COVID-19, como vem ocorrendo em países da Europa e da Ásia, bem como nos Estados Unidos.

A pandemia do COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos do mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e *spreads* de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers*¹ seis vezes em oito pregões em março de 2020 e o valor dos ativos listados na bolsa, em geral, reduziu significativamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa.

As medidas adotadas pelas autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas na atividade econômica. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, que resultou em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto depois que o surto diminuir, tem potencial para diminuir a demanda pelos produtos e

¹ O **Circuit Breaker** é um mecanismo que trava toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado, seja ele de crise ou de temor, tendo como principal objetivo proteger e acalmar a volatilidade excessiva do Mercado Financeiro.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição - Fatores de Risco
 Serviços da Companhia. Como resultado, a Companhia acredita que a pandemia pode afetar negativamente seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa.

Os fracos fundamentos macroeconômicos, aliados à desaceleração do mercado causada pela pandemia do COVID-19, tiveram e poderão continuar a ter um impacto adverso nos resultados operacionais, condição financeira, e nos negócios da Companhia, na forma, por exemplo de (i) diminuição de atividades dos segmentos industrial e siderurgia; (ii) redução das atividades agrícolas com consequente impacto no segmento agronegócio ou (iii) suspensão na própria operação das malhas ferroviárias da Companhia:

Até a data deste Formulário de Referência, não há garantia de quanto tempo as medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia do COVID-19 permanecerão em vigor. Não é possível prever a extensão, a duração e os impactos dessas medidas, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global. Desta forma, o impacto final da pandemia do COVID-19 ou de um surto de doença semelhante é altamente incerto.

Mesmo após a diminuição dos efeitos do surto da COVID-19, a Companhia e suas controladas poderão ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer.

Os impactos da pandemia de COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

A instabilidade política no Brasil pode afetar adversamente os níveis de economia e investimento do Brasil e ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O ambiente político do Brasil influenciou historicamente e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral e historicamente resultaram em desaceleração econômica e maior volatilidade nos títulos emitidos por empresas brasileiras. A recente instabilidade econômica no Brasil causada, dentre outros, pelo aumento da inflação observada nos últimos anos, a desaceleração do PIB e a incerteza sobre a capacidade do Governo Federal de promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia, levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo. Além disso, várias investigações sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pelo gabinete da Procuradoria-Geral da República, incluindo as maiores investigações conhecidas como “Operação Lava Jato”, “Operação Zelotes”, “Operação Greenfield” e “Operação Eficiência”, impactaram negativamente a economia e o ambiente político brasileiros. O potencial resultado dessas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado em relação à economia brasileira. Além disso, durante o ano de 2020, o atual Presidente da República, Jair Bolsonaro se envolveu em polêmicas políticas que culminaram na demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e na renúncia do Ministro da Justiça, Sergio Moro. Esses ex ministros eram considerados figuras importantes dentro do atual Governo Federal e as circunstâncias em que as mudanças ministeriais ocorreram causou ainda mais instabilidade na economia e no mercado de capitais brasileiro.

Na data deste Formulário de Referência, o Presidente do Brasil, Sr. Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por conduta inadequada, após alegações apresentadas pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, segundo o qual o Presidente Jair Bolsonaro teria tentado influenciar a nomeação de membros da Polícia Federal em benefício próprio e de sua família. Se a investigação determinar que o Presidente Jair Bolsonaro interferiu indevidamente nas nomeações, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial processo de impeachment ou julgamento pelo Supremo Tribunal Federal poderão ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil e nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia e seu grupo econômico. À medida que o apoio ao impeachment do Presidente Jair Bolsonaro ganha força, a instabilidade política no Brasil tem se intensificado e poderá continuar a desestabilizar o ambiente político e econômico brasileiro.

A Companhia não pode prever se as investigações em andamento resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e / ou executivos de empresas privadas surgirão no futuro. Uma falha do governo brasileiro em implementar as reformas necessárias pode resultar em uma menor confiança na condição orçamentária e na orientação fiscal do governo brasileiro, o que pode resultar em rebaixamentos do rating de crédito estrangeiro soberano do Brasil por agências de classificação de crédito, impactar negativamente a economia brasileira e levar a mais depreciação do real e aumento da inflação e das taxas de juros, o que pode afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Qualquer um dos desenvolvimentos mencionados acima pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Investigações em andamento relacionadas à corrupção e desvio de recursos públicos que estão sendo conduzidas pela Polícia Federal do Brasil, bem como por outros órgãos reguladores e de fiscalização brasileiros e estrangeiros podem afetar adversamente o crescimento da economia brasileira e podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Certas empresas brasileiras atuantes nos setores de petróleo e gás, energia, construção e infraestrutura estão enfrentando investigações da CVM, da *Securities Exchange Commission* (SEC), do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, da Polícia Federal do Brasil, do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União e de outras autoridades governamentais relevantes, em conexão com denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos, a maior delas é conhecida como “Operação Lava Jato”. A Polícia Federal também está investigando alegações de pagamentos indevidos feitos por empresas brasileiras a funcionários do Conselho de Recursos Fiscais (CARF), denominada “Operação Zelotes”. Alega-se que o objetivo de tais pagamentos indevidos era induzir esses funcionários a reduzir ou renunciar a determinadas multas fiscais impostas pela Receita Federal do Brasil, que estavam sob análise do CARF em sede de recurso. Tais investigações envolvem várias empresas e pessoas, incluindo executivos e políticos. Alguns desses indivíduos estão sendo investigados pela Polícia Federal e outros foram formalmente acusados

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S/A

4 Fatores de risco / 4.1 Descrição - Fatores de Risco
 e estão enfrentando processos criminais e ou já foram condenados pela Justiça Federal. Dependendo da duração e do resultado dessas investigações, as empresas envolvidas podem enfrentar uma redução em suas receitas, rebaixamentos de rating por agências de classificação de risco ou restrições de financiamento, entre outros efeitos negativos.

Dada a importância das empresas citadas nessas investigações para a economia brasileira, as investigações e suas consequências tiveram um efeito adverso nas perspectivas de crescimento econômico do Brasil no curto, médio e longo prazos.

Segundo dados do IBGE, o PIB da economia brasileira aumentou 1,8% em 2018, seguido de outro aumento de 1,1% em 2019 e, por fim, reduziu 4,1% em 2020. Além disso, os efeitos negativos sobre essas empresas e outras também podem impactar o nível de investimentos em infraestrutura no Brasil, o que pode levar a menor crescimento econômico ou contração no curto e médio prazo.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o preço de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuação cambial;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- acionamento de água e energia;
- políticas sanitárias
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política;
- expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Incertezas sobre a implementação de mudanças pelo Governo Federal gera instabilidade na economia brasileira, assim como maior volatilidade no mercado de capitais nacional e nos valores mobiliários das companhias emissoras. Esse cenário é ainda agravado quando analisado junto com os impactos da pandemia da COVID-19, o que pode afetar de forma adversa os negócios, operações, resultados e preço das ações da Companhia.

Como exemplo, a deterioração dos resultados fiscais dos governos federal, estadual e municipal, nos últimos anos, tem resultado em um aumento sem precedentes da dívida bruta, bem como da relação dívida bruta / PIB, o que levou o Brasil a perder seu grau de investimentos das agências de classificação de crédito, diminuindo o influxo de capital estrangeiro e contribuindo para um menor nível de atividade econômica. Neste cenário, o governo pode encontrar dificuldade em honrar seus compromissos perante seus credores, o que pode aumentar consideravelmente a percepção de risco dos investidores e impactar negativamente o ambiente de negócios para as companhias brasileiras

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais, inclusive dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal e especulação sobre quais medidas governamentais seriam adotadas. As taxas de inflação foram de 23,14% em 2020, 7,30% em 2019 e 7,55% em 2018, conforme medida pelo IGP-M.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária - COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro e a Companhia não conseguir repassar tais efeitos aos seus clientes, seus custos poderão ser ampliados e reduzidas suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Para informações quantitativas, vide o item 4.2 deste Formulário de Referência.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema macroeconômico de metas de inflação, o qual pressupõe câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira com o objetivo de garantir o poder de compra da moeda local. Não podemos assegurar quais medidas serão adotadas pelo Governo Federal no futuro ou que não seremos adversamente afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar e outras moedas.

Por exemplo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, observou-se a desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$3,31 por US\$1,00. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$3,87 por US\$1,00. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a desvalorização de 4,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$4,03 por US\$1,00. Por fim, em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,20 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 29,0%, em relação a 31 de dezembro de 2019. Não se pode garantir que o Real não sofrerá maior desvalorização em relação ao Dólar futuramente.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais. Para mais informações sobre os impactos das taxas de câmbio nos resultados da Companhia, ver item 4.2 deste Formulário de Referência.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, a exemplo da recente tensão política entre Estados Unidos e Irã. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Adicionalmente, o risco de inadimplemento (*default*) de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da Companhia, destaca-se a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Em 31 de dezembro de 2020, o Reino Unido saiu formalmente da União Europeia, firmando um acordo com o bloco econômico, o qual contém as diretrizes sobre a relação entre eles a partir de 2021.

O Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará a partir de 2021. Além disso, não há como determinar se o acordo firmado entre o Reino Unido e a União Europeia será devidamente cumprido ou não será adotado. Os efeitos do Brexit, e outros que a Companhia não pode prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, a eleição presidencial nos Estados Unidos ocorreu em 3 de novembro de 2020. Campanhas, eleições e transições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. O mandato do presidente eleito Joe Biden se iniciou em 20 de janeiro de 2021. Não podemos assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

A diminuição da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável. A Standard & Poor's subsequentemente, em abril de 2020 manteve o rating de crédito soberano do Brasil para BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa em maio de 2020. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa em resposta aos efeitos da pandemia da COVID-19. Na data de apresentação deste Formulário, o rating de crédito soberano do Brasil o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Como resultado desses rebaixamentos os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira, pode levar a novos rebaixamentos.

A Companhia não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia ao preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais, e podem afetar adversamente o preço de negociação de suas ações.

Desse modo, a Companhia não pode assegurar a liquidez de suas ações, o que poderá limitar consideravelmente a capacidade dos atuais e/ou futuros acionistas da Companhia de venderem as suas ações pelo preço e na ocasião desejados.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta a certas flutuações que podem afetar negativamente o valor de seus ativos e passivos, fluxos de caixa futuros e ganhos. A Companhia não possui financiamentos contratados, razão pela qual não está exposta a riscos de aumento do total de sua dívida em decorrência, dentre outros, de variações nas taxas de juros. Da mesma forma, a totalidade de sua receita é composta em moeda nacional e uma parcela diminuta de investimentos de manutenção em moeda estrangeira, razão pela qual a Companhia não está exposta de forma relevante a riscos cambiais. Não obstante, variações nas taxas de câmbio podem influenciar os mercados atendidos pela companhia, podendo afetar seu desempenho operacional de maneira adversa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da companhia, os principais riscos de mercado aos quais a companhia está exposta são: (i) risco de aumento do custo de combustível; (ii) risco de crédito e (iii) risco de demanda pelos produtos transportados.

Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral, cujo principal risco de mercado é a concessão de crédito a clientes. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Neste caso é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração a sua exposição financeira, solvência, histórico de pagamentos, inadimplências junto ao mercado e outros fatores.

Risco de preço e demanda

A Companhia está exposta aos riscos relativos ao aumento dos preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras dos seus clientes, os quais podem reduzir os volumes a serem transportados pela Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

1. Ambiental

Processo nº 0005219-06.2020.8.27.2737 (Nº atual 5001144-77.2021.8.13.0024)	
Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional do Estado de Tocantins
Instância	1ª instância
Data de instauração	06/04/2020
Partes do Processo	Autor: Ministério Público do Estado do Tocantins ("MPTO") Réu: Ferrovia Norte Sul e Valor da Logística Integrada S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor da causa atualizado é de R\$2.809.878,20 (31/12/2020). Entretanto, por haver pedido relacionado com obrigação de fazer, o montante é inestimável.
Principais fatos	Trata-se de ação civil pública proposta pelo MPTO em face de Ferrovia Norte Sul e VLI, com base no Auto de Infração nº. 9076185-E, lavrado em desfavor das empresas, em razão do descarrilamento de vagões que acarretou derramamento de 84 mil litros de gasolina no município de Porto Nacional/TO. De acordo com informações técnicas presentes nos autos, houve infiltração de combustível no solo, atingindo e poluindo a água subterrânea. Os pedidos envolvem (i) obrigação de fazer consistente em apresentar relatórios de monitoramento desde a ocorrência do acidente e proceder com o monitoramento mensal até a confirmação da eliminação integral da substância benzeno na água subterrânea e (ii) indenização por dano material, independentemente de culpa, no valor de R\$ 2.505.000,00. A Companhia foi citada, embora a Carta Precatória/Mandado de Citação ainda não foi juntada aos Autos, momento em que iniciará a contagem do prazo para apresentar sua contestação. Até o momento, não foi possível averiguar se o episódio em questão gerou contaminação. Em caso positivo, a Companhia poderá ser responsável pelo processo de remediação e gerenciamento da área atingida pela contaminação, sendo que o montante necessário para tal apenas poderia ser estimado após a condução de estudos ambientais por consultorias especializadas.
Chance de Perda	Possível, uma vez que ainda não foi proferida sentença.
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Risco de exposição da imagem da companhia na localidade do fato. Até o presente momento, não é possível estimar o montante a ser incorrido em caso de necessidade de adoção de medidas de remediação e gerenciamento, se houver confirmação de contaminação na área atingida.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor em perda provável em 2020

2. Trabalhista

Processo 0016715-75.2019.5.16.0004	
Juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão)
Instância	1ª instância
Data de instauração	11/06/2019
Partes do Processo	Ré: FNS Autor: Ministério Público do Trabalho do Estado do Maranhão
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$11.910.602,34 (Data base 31.12.2020)
Principais fatos	Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado do Maranhão em face da Vale, Ferrovia Norte Sul, VLI Multimoda e RBM Engenharia, requerendo, sob pena de multa diária, o seguinte: 1 - Criar mecanismos/canais para recebimento de denúncias das práticas de assédio moral, com exposição mínima da vítima, resposta em tempo razoável, apuração da denúncia com seriedade, garantia de ampla defesa e contraditório ao acusado e punição rigorosa dos assediadores, com o objetivo de impedir, por qualquer de seus representantes ou empregados, mormente os que ocupem cargos ou funções de chefia e direção, práticas vexatórias ou humilhantes contra trabalhadores; 2 - Elaborar programa permanente de prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho, o qual deve incluir: diagnóstico do meio ambiente psicossocial do trabalho, por meio de profissional habilitado, com o objetivo de identificar qualquer forma de assédio moral ou psíquico aos trabalhadores; a adoção de estratégias de intervenção

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>precoce, visando à prevenção do assédio moral e correção imediata de atitudes que o caracterizam; a implementação das medidas de controle do assédio moral; a cientificação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do referido programa; a promoção de treinamentos, cursos e palestras sobre o assédio moral nas relações de trabalho.</p> <p>Indenização pelos danos morais à coletividade no valor de R\$ 10.000.000,00 a título danos morais coletivos, exceto quanto à empresa RBM ENGENHARIA LTDA, que, por ser de menor porte (com somente cinquenta empregados), teve condenação a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000,00, valores devidamente corrigidos a partir da data do ajuizamento desta ação pelos índices de correção aplicados na Justiça do Trabalho.</p> <p>Em 05/08/2019, foi apresentada defesa pela FNS e VLI Multimodal.</p> <p>Realizada audiência inicial no dia 01/08/2019, partes inconciliadas. Designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019, às 09h30min.</p> <p>Em 19/09/2019 a FNS e VLI MM peticionaram nos autos requerendo o adiamento da audiência de instrução em virtude da devolução dos mandados de intimação das testemunhas do MPT terem retornado sem cumprimento, por endereço incorreto.</p> <p>O juiz determinou o adiamento da audiência de instrução anteriormente marcada e determinou que nova audiência de instrução somente seja designada após o retorno de todas as cartas precatórias inquisitórias determinadas neste processo, ficando sobrestados os autos até então.</p>
Chance de Perda	Remoto, uma vez que o processo ainda se encontra em fase instrutória. O principal pedido do MPT foi a condenação solidária das rés (Vale, VLI/FNS) para que pague a indenização pelos danos morais à coletividade. Na contestação a FNS contestou todos os fatos, pois as testemunhas em seus depoimentos sempre mencionaram que “ouviram dizer”, não tendo narrado situações de assédio moral vivenciadas por elas mesmas. Ademais, a base probatória colacionada aos autos pelo MPT em face da Vale é discrepante do que é trazido contra a VLI/FNS, sendo necessário sopesar o quanto atribuído referente a “responsabilidade solidária” perquirida em face da companhia.
Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Risco reputacional e financeiro
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado em 31/12/2020.

3. Cível

Processo 1013185-78.2018.4.01.3400	
Juízo	Justiça Federal do Distrito Federal
Instância	1ª instância
Data de instauração	05/07/2018
Partes do Processo	Ré: VALEC Autor: FERROVIA NORTE SUL S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151.000.254,00 pelo atraso na entrega dos trechos. Valor pelo atraso referente às pendências será calculado no curso da ação.
Principais fatos	<p>Trata-se de ação de cobrança ajuizada pela FNS com o objetivo de obter a condenação da Valec a pagar as multas contratuais incidentes em decorrência dos atrasos da Valec na entrega de trechos da ferrovia e na solução das pendências construtivas e irregularidades na ferrovia.</p> <p>Após apresentação de contestação pela Valec, a ANTT informou possuir interesse em intervir no processo. Em 09.08.2019 a FNS apresentou réplica e juntou parecer jurídico contratado sobre o assunto. Em 02.09.2019 a FNS apresentou petição requerendo a designação de audiência de conciliação e saneamento compartilhado. Em 28.10.2019 o processo foi suspenso em razão da designação da audiência de conciliação e saneamento compartilhado na ação dos dormentes/trilhos. Aguarda-se designação de nova data para a audiência na ação dos dormentes/trilhos.</p>
Chance de Perda	Possível

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Análise de impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Não recuperação dos gastos despendidos com o não cumprimento do contrato pela Ré.
Valor provisionado (se for o caso)	Não há valor provisionado em 31/12/2020.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest
4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor e suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou investidores do emissor ou de suas controladas.

Campo facultativo para emissor da Categoria B.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes: Análise do impacto no caso de perda de eventuais processos sigilosos relevantes e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, informando valores envolvidos.

A Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes.

4.6. Fatores de risco 4.6.1 - Processos repetitivos ou conexos baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto são relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

(i) Tributários

<p>72 procedimentos administrativos envolvendo a Ferrovia Norte e Sul S.A.</p> <p>10320-902.323/2018-16 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.315/2018-61 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.318/2018-03 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.322/2018-63 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.316/2018-14 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.321/2018-19 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.317/2018-51 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.314/2018-17 ;10320-902.320/2018-74 ;10320-902.319/2018-40 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.910/2019-43 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.905/2019-31 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.911/2019-98 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.907/2019-20 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.912/2019-32 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.895/2019-33 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.903/2019-41 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.891/2019-55 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.900/2019-16 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.904/2019-96 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.908/2019-74 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.899/2019-11 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.896/2019-88 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.897/2019-22 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.893/2019-44 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.909/2019-19 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.894/2019-99 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.892/2019-08 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.890/2019-19 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.898/2019-77 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.902/2019-05 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.078/2019-01 ;10320-902.320/2018-74;10320.901073/2019-70 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.074/2019-14 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.079/2019-47 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.072/2019-25 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.075-2019-69 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.076/2019-11 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.077/2019-58 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.071/2019-81 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.080/2019-71 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.901/2019-52 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.658/2019-90 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.656/2019-09 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.657/2019-45 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.660/2019-69 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.659/2019-34 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.901/2019-70 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.896/2019-03 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.897/2019-40 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.898/2019-94 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.899/2019-39 ;10320-902.320/2018-74;10320-901.900/2019-25 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.291/2019-21 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.583/2019-64 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.584/2019-17 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.292/2019-76 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.293/2019-11 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.582/2019-10 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.672/2019-19 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.671/2019-66 ;10320-902.320/2018-74;10320-902.887/2019-21 ;10320-902.320/2018-74;10010-045.959/0319-16 ;10320-902.320/2018-74;10320.903038/2019-95 ;10320-902.320/2018-74;10320.903037/2019-41 ;10320-902.320/2018-74;10320.903036/2019-04 ;10320-902.320/2018-74;10320.722525/2019-59 ;10320-902.320/2018-74;10320.725489/2019-85 ;10320-902.320/2018-74;10320.722773/2019-08 ;10320-902.320/2018-74;10320-900.007/2020-16 ;10320-902.320/2018-74;10320.722773/2019-08</p>	
Fato e/ou causa jurídica	Processos instaurados pela Receita Federal do Brasil de out/2018 a abril/2020, relativos à cobrança de DCOMP (Declaração de Compensação) não homologadas, revisão de aproveitamento de crédito de PIS/COFINS de acordo com a essencialidade de serviços e bens dentro do processo de prestação de serviço.
Valores envolvidos	R\$28.049.854,45 (Data Base 31/12/2020) Prognóstico Possível
Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência	Reconhecimentos extemporâneos de créditos de PIS/COFINS

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras Contingências Relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes, além das explicitadas nessa seção.

4.8. Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados
4.8. Regras de Fisco/4.8 - Regras-pais origem/pais custodiante

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é emissora estrangeira.

5.5. Política de Gerenciamento de Riscos**5.1 - Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de**

RISCOS
5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar: (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação. E. em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver; (c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

5.2- Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de

riscos de mercado
5.2 Em relação aos itens indicados no item 4.2 informar: (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação. E. em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política; (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver; (c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

RECONHECIMENTO DE RECEITA:

Apesar de possuir rotinas e procedimentos de conferência para assegurar maior controle no processo, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo "control owner" para revisar as análises elaboradas pelo "preparer", de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados ao reconhecimento de receita no que tange: (a) a determinação do preço reajustado contratualmente antes que o mesmo seja inserido nos sistemas de faturamento (SAP e UNICOM), evitando assim faturamentos incorretos; e (b) a determinação das premissas de distância entre origem e destino e tempo necessário para a realização do transporte ferroviário, evitando assim reconhecimento de receita incorreto. É importante destacar que o "control owner" deve ser uma pessoa distinta do "preparer", com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre o reconhecimento de receita. O "control owner" deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao "preparer", assim como, as evidências fornecidas pelo "preparer" para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um "book" / "binder" que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

Ao longo de 2020 a Administração envidou esforços na criação, padronização dos processos relacionados ao de "Cut Off de receita" para mitigar o risco de reconhecimento da receita apontado no item "b". Será aprimorado pela Administração a formalização do processo de revisão do controle interno desenhado. Já a atividade de reajuste de tarifas sinalizada no item "a" está em processo de automatização, em fase de homologação com previsão de implantação em 1S21, objetivando a eliminação de reajustes retroativos por anomalia de processo. Junto com a implantação da funcionalidade de reajuste automático, será implantado um controle para validação por amostragem dos reajustes aplicados. As métricas para seleção da amostragem serão definidas pelo time de faturamento e validadas previamente com o time de auditoria externa.

ANÁLISE DE REALIZAÇÃO DE IMPOSTOS DE RENDA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS:

Apesar de possuir rotinas de conferência, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo "control owner" para revisar as análises elaboradas pelo "preparer", de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados à apuração do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e análise de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos que permitam identificar e endereçar possíveis inconsistências e eventuais ausências de documentação suporte relacionadas a (a) identificação e análise da natureza das diferenças temporárias no balancete contábil tendo como base as contas patrimoniais (ativos e passivos); (b) identificação e análise da natureza de todas as diferenças permanentes a serem consideradas na apuração; (c) conciliação das

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

diferenças temporárias com a parte B do LALUR, (d) conciliação da projeção de resultados utilizados como base para análise de recuperabilidade com o orçamento aprovado pela Administração (e) conciliação da memória de cálculo da realização dos diferidos com as projeções de realização divulgadas nas demonstrações financeiras em base trimestral. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as análises de realização do imposto de renda e contribuição social diferido. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

Apesar de ainda não terem sido formalizados de maneira descritiva os critérios e passos específicos do “preparer” e “control owner” relacionados à elaboração do cálculo do IRPJ e da CSLL, destaca-se que a Companhia possui de forma detalhada planilhas que demonstram as análises e vinculações realizadas, os quais são revisados e aprovados mensalmente pela gerência através dos lotes de contabilização. Ademais, em 2020 foi implementado o passo a passo macro de análise e revisão dos procedimentos de cálculo e contabilização do IRPJ e CSLL apurados, bem como dos tributos diferidos, que são anexados mês a mês nas memórias de cálculo dos referidos tributos. Em 2021 serão implementadas as formalizações descritivas dos critérios e passos específicos utilizados para o cálculo e revisão do IRPJ e da CSLL.

PROVISÕES PARA RISCO (CONTINGÊNCIAS):

Apesar de possuir rotinas de conferência, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro a partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados a conferência das informações periódicas fornecidas pelos advogados externos com os controles mantidos pelo Departamento Jurídico utilizados como base para os registros contábeis da Companhia, tendo sido identificados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a necessidade de retificações tanto das cartas de advogados quanto do mapa de contingências do Departamento Jurídico. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as provisões para risco e suas divulgações (contingências materializadas e contingências ainda não materializadas denominadas “unasserted claims”, assim como as divulgações de perdas prováveis e possíveis). O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Sugerimos avaliar a possibilidade de realizar circularizações periódicas trimestrais junto aos advogados externos, como parte dos controles internos da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

A Companhia apresenta procedimento operacional (PRO) que define os conceitos e os parâmetros para a provisão de contingências. A equipe interna e os advogados externos conhecem e compreendem as definições contidas no documento. Melhorias envolvendo definição de procedimentos, reestruturação de processos e implantação de controles vêm sendo implementados além de melhorias no sistema/ferramenta jurídica da Companhia (Espaider) através de automatização, de forma a garantir assertividade e acuracidade das informações apresentadas. As retificações do mapa de contingência foram em decorrência de erros reiterados no preenchimento das informações no sistema jurídico por escritório específico, o qual foi notificado para regularização. Além disso, não foi possível submeter todas as revisões do “preparer” ao “control owner”, uma vez que não foram definidos os responsáveis há tempo e modo, considerando a necessidade de estruturação dessa área.

No entanto, cientes da importância do fluxo, em 2021, a área foi reestruturada e criada uma célula de controle e prevenção das atividades desempenhas pelo Departamento Jurídico. A célula será composta por um advogado, um analista com formação contábil e um líder especialista em controladoria interna. Todas as contratações foram realizadas, pendente apenas o líder especialista que entrará em 19/03/2021. Dentre as principais atividades, a nova área deverá garantir a acuracidade das informações lançadas no sistema, criar, registrar e treinar os processos da Gerência, buscar sistemas, inovações e métodos de melhoria das atividades e circularização periódica dos escritórios externos. Previamente, já estão definidos pessoas distintas para representar o “preparer” e o “control owner”, a fim de garantir o suporte necessário para a confiança nos números apresentados pelo Departamento.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

CONTROLE PATRIMONIAL DOS ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS:

Apesar de possuir procedimentos de conferência para assegurar maior controle nos processos relacionados aos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de obter melhor acuracidade na mensuração do custo dos ativos e apuração da depreciação/amortização, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados (a) monitoramento tempestivo dos projetos (obras) em curso, com frequência superior à frequência trimestral do controle executado pela Administração; (b) a determinação do momento adequado para a capitalização (transferências entre ativos em curso para ativos em serviço) tempestiva dos ativos imobilizados e intangíveis evitando a postergação do registro de despesas dedutíveis e antecipação de impostos, com frequência superior à frequência trimestral do controle executado pela Administração; e (c) cadastro patrimonial tempestivo dos ativos imobilizados e intangíveis considerando a sua natureza, em que pese as iniciativas de inventário periódico já existentes e implementadas pela Administração. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as questões dos ativos imobilizados e intangíveis. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Sugerimos aumentar a frequência do controle interno desenhado pela Administração da Companhia e o desenvolvimento de um modelo de formulário para a formalização das aprovações e monitoramento das obras em andamento e momento adequado para a sua capitalização. Reforçamos a importância de aumentar a frequência de interação das áreas de Gestão de projetos, Gestão Patrimonial e Contabilidade, como forma de obter informações corretas e tempestivas. Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

Ao longo de 2020, a Administração envidou esforços na maturação, padronização e melhor execução do processo de imobilizado, tendo culminado no desenho de controles trimestrais com maior sinergia e confiabilidade na compilação dos bancos de dados. Não obstante, a Administração concorda com os apontamentos sugeridos e envidará esforços, respeitando as limitações sistêmicas e processuais atreladas ao SAP, bem como o pipeline de aprimoramentos já previstos nos processos da área, para materializar as sugestões apontadas acima.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As respostas estão compiladas no item acima.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FNS são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, sendo responsáveis pela disseminação e prática desses princípios.

Neste sentido, (i) atitude certa para resolver, (ii) respeito às pessoas sempre e (iii) tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FNS: diretores, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os Colaboradores estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas da Gerência Geral de Gente da Companhia e as legislações específicas aplicáveis.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FNS, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FNS. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e atualmente está ligada à Diretoria Jurídica e de GRC (Governança, Gestão de Riscos e Compliance). Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são baseados na metodologia ABC (Anti-Bribery & Corruption):

1. Tone from the top (liderança pelo exemplo);
2. Assessment de riscos;
3. Supervisão e Recurso para o Compliance
4. Código de Conduta Ética, Políticas e Normas;

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5. Comunicação e treinamentos contínuos;
6. Monitoramentos e Controles Internos;
7. Due Diligence ;
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares;
9. Reporting (resultados documentados e divulgados).

A Área de Ética e Conformidade deve atuar como instância consultiva nas questões relacionadas ao Código de Conduta Ética e responde diretamente à Diretoria Jurídica e GRC e atua com autonomia e dotação orçamentária própria.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores da Companhia, o Canal de Ética tem como objetivo ser meio para comunicação segura e, se desejada, anônima, entre colaboradores, terceiros e a Companhia, no qual é possível reportar atos em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis ou suspeitas nesse sentido. Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a Companhia, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

O acesso ao canal ocorre das seguintes maneiras: 1) via site ou telefone, inclusive secretária eletrônica (divulgados amplamente nos meios de comunicação: site institucional da Companhia, intranet, assinaturas de e-mail, PGS de Ética e divulgado nos treinamentos) 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Ainda, uma denúncia pode ser realizada junto a qualquer gestor da Companhia, que deverá informar a área de Ética sobre a situação.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782

Site: www.canaldeetica.com.br/vli

Ao entrar em contato por telefone, de segunda-feira a sexta-feira, no período de 10h às 18h, o relator tem acesso a um analista isento da empresa terceira, que coleta os dados da denúncia e faz questionamentos pertinentes para elevar a qualidade do relato e permitir melhor apuração. Em contato fora deste período, o relator deixa sua mensagem gravada por meio da secretária eletrônica e os analistas da empresa a transcrevem e analisam a denúncia posteriormente.

As denúncias são registradas, verificadas e investigadas, pela Gerência de Ética e Conformidade, área responsável pelo recebimento das denúncias. No entanto, as denúncias referentes aos Diretores da Companhia são recebidas pela área de Auditoria Interna e discutidas com Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia e Conselho de Administração da Companhia

Com o objetivo de evitar a retaliação aos denunciadores e pessoas que colaboram com a apuração de relatos, a Companhia conta com proibição expressa nesse sentido em seu Código de Conduta Ética. Se identificada essa prática o infrator está sujeito a medidas disciplinares, incluindo o seu desligamento.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a diretriz de Ética e Conformidade, sempre que o “Sistema VLI” tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios, deverá ser realizada a Due Diligence prévia para verificar se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente à legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa alvo em desvios éticos, fraudes e/ou corrupção, o Comitê de Auditoria deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição e estabelecer mitigadores, se aplicável

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FNS uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5.5. Alterações significativas **5.5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Campo facultativo para emissor na categoria "B".

5.5. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6. Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	14/12/2007
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima Fechada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/11/2009

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 – Breve Histórico

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto (categoria "B" de emissor"), constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 e é regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não será inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

Em 28 de dezembro de 2010, a então controladora Vale S.A. transferiu para Vale Logística de Carga Geral S.A. o montante de 1.354.911.133 ações ordinárias de emissão da Companhia, alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia, tendo o controle indireto da Companhia permanecido inalterado (detido pela Vale S.A.)

Posteriormente, o controle acionário direto da Companhia foi novamente alterado, com a transferência do montante de 1.354.911.139 ações ordinárias de emissão da Companhia, em 31 de março de 2011, da Vale Logística Integrada S.A. (nova denominação da Vale Logística de Carga Geral S.A.) para a Vale Operações Ferroviárias S.A. (denominação social alterada para VLI Multimodal S.A. em 30 de novembro de 2011), passando esta última a ser a controladora direta da Companhia.

E em 1º de abril de 2014, mediante a abstenção de sua participação na Companhia, a Vale S.A aumentou o capital social da VLI S.A em R\$ 379.766, mediante a emissão de 410.279.538 (quatrocentos e dez milhões, duzentos e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, relativas à sua participação na Companhia.

Desta forma o capital social da Companhia passa a ter o controle acionário de 79,12% da VLI Multimodal S.A e 20,88% da VLI S.A.

Em 15 de novembro de 2017, ocorre aumento de capital social da Companhia no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) mediante a emissão de 23.811.269 (vinte e três milhões, oitocentas e onze mil, duzentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista VLI Multimodal com a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC's. Com isso, o capital social da Companhia é de R\$1.859.163.976,33 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e setenta e seis reais e trinta e três centavos), dividido em 1.835.966.791 (um bilhão, oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas.

Quanto a VLI S.A., controladora indireta da Companhia, holding de participações que exerce suas atividades por meio de suas sociedades controladas, cabe elucidar que em 2013, ocorreu um processo de capitalização e a entrada de novos sócios. A Vale S.A. celebrou acordos de venda e investimentos junto à Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui"), o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal ("FI-FGTS"), e determinado fundo gerido pela Brookfield Asset Management ("Brookfield"). Em abril de 2014, a Mitsui adquiriu 1.778.158.082 ações ordinárias VLI e representativas de 20% de seu capital social. Ainda em abril de 2014, o FI-FGTS adquiriu 1.413.854.823 ações ordinária representativas de 15,9% de seu capital social. Em agosto de 2014, a Vale efetivou a transferência de 26,5% da sua participação representados por 2.356.424.704 ações ordinárias para Brookfield.

Ainda em 19 de agosto de 2014, a Vale, a Mitsui, o FI-FGTS, e a Brookfield celebraram Acordo de Acionistas regulando o controle da Companhia ("Acordo de Acionistas"), objeto de aditamento em 02 de fevereiro de 2018 e 22 de fevereiro de 2018.

Em dezembro de 2020, o BNDES Participações S.A. ("BNDESPar") ingressou no quadro de acionistas mediante o exercício de opção de compra de ações de emissão da VLI detidas pela Vale S.A., e que representam 8% do capital social da Companhia, bem

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

como aderiu ao Acordo de Acionistas em 12 de janeiro de 2021. A referida opção de compra integrava o Contrato de Opção de Compra de Ações de emissão da VLI celebrado em 2015 entre a Vale e o BNDESPar em decorrência dos entendimentos firmados entre as partes no contexto das Emissões Privadas de Debêntures para Financiamento do projeto de expansão da Ferrovia Norte Sul (FNS), atualmente operada pela VLI.

Assim, a VLI S.A. é controlada pela Vale S.A., Brookfield, Mitsui, FI-FGTS e BNDESPar, todos vinculados na forma do Acordo de Acionistas.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos.

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedidos de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 Outras informações relevantes

6.6 Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

Não existem outras informações relevantes sobre este item "6".

7. Atividades do Emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1. Descrição das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

7.1 - Descrição das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Luís (MA), tendo celebrado o Contrato de Subconcessão com Arrendamento nº 033/07 com a VALEC Engenharia Construções e Ferrovias S/A - subconcedente da Ferrovia Norte-Sul - sociedade por ações controlada pela União e supervisionada pelo Ministério da Infraestrutura, e a União Federal, representada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), na qualidade de Poder Concedente Interveniante.

O referido Contrato de subconcessão firmado possui vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período em havendo interesse de ambas as partes.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de cargas, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado para a exploração e operação do trecho de 720 quilômetros de extensão da malha ferroviária compreendido entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho encontra-se em operação.

Por sua vez, a FNS, em razão de sua conexão com a Estrada de Ferro Carajás ("EFC"), concedida à VALE S.A., e por força do Contrato de compartilhamento firmado entre as partes, presta serviços de transporte ferroviário de cargas em fluxos com destino ao Porto do Itaqui, seja para atendimento das operações portuárias de movimentação de cargas destinadas ao berço 105 do citado Porto, seja para atendimento da demanda de cargas com destino ao Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), também localizado no Porto do Itaqui. Do ponto de vista de mercado, esse sistema oferece uma importante rota de exportação para cargas originárias das regiões Centro-Oeste e Nordeste do país, sendo que os principais produtos transportados pela FNS são grãos, fertilizantes e produtos industriais.

7.1.a. Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-a. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista

Não se aplica, porque o emissor não é sociedade de economia mista

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais.

7.3. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira
7.7 - Efeitos relevantes da regulação estrangeira sobre as atividades da Companhia

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas Socioambientais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram destacadas nos itens anteriores.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8. Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve operação de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não houve contratos celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante
9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes – Outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do Emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rede Centro-Oeste e Nordeste (extensão de aproximadamente 720 km de trilhos)	Brasil	TO		Arrendada
45 locomotivas	Brasil	MA	São Luís	Própria
Terminais Integradores	Brasil	TO	Palmeirante	Arrendada
2069 vagões	Brasil	MA	São Luís	Própria
Terminais Integradores	Brasil	TO	Porto Nacional	Arrendada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Subconcessão da VALEC dos seguintes trechos: 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO);	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO),	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guarái (TO)	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.
Concessões	Trecho: 148,3 km entre Guarái (TO) e Palmas (TO)	30 anos	Término contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação, falência ou extinção da Companhia.	A Concessionária perde os direitos de explorar a malha ferroviária compreendida acima, inviabilizando desta forma o seu principal negócio.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
BANCO BRADESCO SA	60.746.948/0001-12	-	Coligada					0,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								

9.9 - Outras Informações Relevantes - Ativos Relev.

O Contrato de Subconcessão, conforme definido no item 6.3, representa uma condição para as operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1 Comentários dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia pelo novo coronavírus, que tem gerado impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral desde o início de 2020. Por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, o Governo Federal estabeleceu que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral são um serviço essencial à comunidade. Assim, os serviços prestados pela Ferrovia Norte Sul S.A. ("FNS") se enquadram nessa categoria.

Desde Março de 2020, a FNS adotou diversas medidas relacionadas à COVID-19 e não parou as suas atividades. Apesar da queda da atividade industrial, com destaque para o 3T2020, a Companhia superou os desafios operacionais e comerciais e bateu recordes mensais históricos de volumes transportados.

Apesar do cenário macroeconômico com restrições, a safra recorde 19/20 foi uma boa notícia. Neste sentido, a FNS se mostrou preparada para atender os seus clientes e encerrou o ano atingindo um crescimento de EBITDA em 7,0% em relação ao ano anterior, alinhado ao aumento da sua receita líquida em 4,6% no mesmo período.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais

(em milhões de R\$)	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	491	715	784	914	957
Receita líquida	449	681	753	876	917
EBITDA	276	384	428	488	522
Resultado do exercício	162	249	271	292	294
Volume ferrovia (milhões de TKU)	4.625	7.395	8.010	9.171	9.498
Margem EBITDA	61,47%	56,39%	56,84%	55,71%	56,97%
Margem lucro	36,08%	36,56%	35,99%	33,33%	32,12%

Em 2020, a FNS investiu o valor total de R\$ 216 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a conclusão do Bloco C - Casa de rodas de Imperatriz, TC Ibama - conclusão das obras dos seis pontos FNS previstos para o ano de 2020 e início do projeto de antecipação de trilhos corredor Norte em outubro de 2020, com término projetado para início de 2022.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 2,574 bilhões, enquanto sua posição de caixa era de R\$ 578,2 milhões. Comparativamente, em 2019 e 2018, o patrimônio líquido e a posição de caixa eram, respectivamente, R\$ 2,334 bilhões e R\$ 2,422 bilhões e R\$ 286,5 milhões e R\$ 59,8 milhões

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas;

A Companhia utiliza recursos próprios gerados pela operação do negócio para atender as necessidades de capital de giro e realizar investimentos em ativos não-circulantes, não havendo necessidade de contratação de financiamento de terceiros (instituições financeiras) para garantir a realização das operações ferroviárias planejadas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos a Companhia poderá solicitar o aporte de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a companhia não possuía empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía qualquer financiamento contratado junto a instituições financeiras.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	578.247	13,43	286.510	9,04	101,82
Contas a receber	17.197	0,40	28.045	0,89	(38,68)
Derivativos	-	-	32	0,00	(100,00)
Estoques	61.083	1,42	48.558	1,53	25,79
Tributos a recuperar	12.529	0,29	58.949	1,86	(78,75)
Despesas pagas antecipadamente	2.224	0,05	214	0,01	939,25
Demais ativos	4.660	0,11	7.913	0,25	(41,11)
Total do ativo circulante	675.940	15,70	430.221	13,58	57,11
Não circulante					
Contas a receber	372.627	8,65	327.188	10,33	13,89
Depósitos judiciais	695	0,02	367	0,01	89,37
Tributos a recuperar	79.162	1,84	43.085	1,36	83,73
Demais ativos	9	0,00	13	0,00	(30,77)
Tributos diferidos sobre o lucro	3.635	0,08	4.694	0,15	(22,56)
Sinistro a recuperar	2.180	0,05	289	0,01	654,33
Imobilizado	1.402.180	32,57	595.462	18,80	135,48
Intangível	1.769.246	41,09	1.766.776	55,77	0,14
Total do ativo não circulante	3.629.734	84,30	2.737.874	86,42	32,57
Total do ativo	4.305.674	100,00	3.168.095	100,00	35,91
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	648.225	15,06	68.898	2,17	840,85
Contas a pagar	33.393	0,78	25.069	0,79	33,20
Derivativos	2.909	0,07	-	-	n/a
Tributos a recolher	2.341	0,05	2.801	0,09	(16,42)
Tributos a recolher sobre o lucro	14.502	0,34	3.440	0,11	321,57
Obrigações sociais e trabalhistas	13.789	0,32	17.474	0,55	(21,09)
Arrendamentos e subconcessão	46.643	1,08	26.717	0,84	74,58
Dividendos a pagar	54.457	1,26	380.000	11,99	(85,67)
Antecipações de clientes	19	0,00	31	0,00	(38,71)
Receitas diferidas	48	0,00	48	0,00	-
Demais passivos	558	0,01	11	0,00	4.972,73
Total do passivo circulante	816.884	18,97	524.489	16,56	55,75
Não circulante					
Fornecedores	254.234	5,90	-	-	n/a
Provisão para processos judiciais	254	0,01	78	0,00	225,64
Arrendamentos e subconcessão	334.523	7,77	308.928	9,75	8,29
Dividendos a pagar	325.236	7,55	-	-	n/a
Benefícios a empregados	130	0,00	52	0,00	150,00
Receitas diferidas	79	0,00	124	0,00	(36,29)
Total do passivo não circulante	914.456	21,24	309.182	9,76	195,77
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	43,18	1.859.134	58,68	-
Reservas de lucros	715.200	16,61	475.290	15,00	50,48
Total do patrimônio líquido	2.574.334	59,79	2.334.424	73,69	10,28
Total do passivo e patrimônio líquido	4.305.674	100,00	3.168.095	100,00	35,91

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 286,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 578,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente 101,82%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 28,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 17,2 milhões em 2020, representando uma retração de aproximadamente de 38,68%.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 58,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 12,5 milhões em 2020, representando uma redução de 78,75%. A redução reside especialmente na redução dos créditos de PIS e COFINS e no montante de R\$ 40,2 milhões, bem como no retração dos créditos de ICMS, no montante de R\$ 2,7 milhões.

Imobilizado

O valor do imobilizado passou de R\$ 595,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.402,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 135,48%. Esse incremento reside especialmente na aquisição de material rodante entre partes relacionadas e no montante de R\$ 726,3 milhões, além de outras aquisições e depreciação materializada no exercício no montante de R\$ 163,2 milhões. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 806,7 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, e instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	4.947	892	-	-	-	5.839
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	27.670	-	-	-	27.670
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.287)	(128)	-	-	-	(3.415)
Adições	-	-	-	-	922.568	-	922.568
Baixas	-	(2.063)	(3.936)	(435)	-	-	(6.434)
Transferências	(29.196)	56.646	755.035	10.765	(883.434)	(1.641)	(91.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.506	376.986	1.008.011	41.689	124.176	-	1.565.368
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	(115.503)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(3.474)	(18.666)	-	-	-	(22.140)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	589	(471)	-	-	-	118
Adições	(2.150)	(13.991)	(10.869)	(2.821)	-	(56)	(29.887)
Baixas	-	1.238	2.953	33	-	-	4.224
Transferências	6.901	(7.078)	-	-	-	177	(0)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.194)	(59.290)	(87.219)	(13.486)	-	1	(163.188)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	35.757	284.169	168.312	20.661	85.042	1.521	595.462
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.312	317.696	920.792	28.203	124.176	1	1.402.180

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,766 bilhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1,769 bilhão em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 0,14%, representado substancialmente por aquisições no montante de R\$ 19,6 milhões, transferências de imobilizado no montante de R\$ 91,9 milhões, compensados pelas amortizações no exercício no montante de R\$ 108,9 milhões.

	Direitos de subconcessão	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Adição	-	-	-	19.565	19.565
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Transferências	-	-	40.139	51.687	91.826
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.776.431	263	750.369	98.979	2.626.042
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Adições	(64.127)	(48)	(44.742)	-	(108.917)
Baixas	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(691.609)	(199)	(164.988)	-	(856.796)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	1.148.949	112	589.988	27.727	1.766.776
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	1.084.822	64	585.381	98.979	1.769.246

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores passou de R\$ 68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 648,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis e o incremento se deu pela aquisição de material rodante entre partes relacionadas e no montante de R\$ 726,3 milhões.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 245.616 (2019 - R\$ 197.626).

Em 8 de março de 2013, a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido

A companhia encerrou o ano de 2020 com o capital social de R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2020 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 61,8 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 78,9 milhões em comparação aos R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2020</u>	<u>AV%</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>
Receita líquida dos serviços prestados	916.586	100,00	876.080	100,00	4,62
Custo dos serviços prestados	<u>(517.074)</u>	(56,41)	<u>(503.514)</u>	(57,47)	2,69
Lucro bruto	<u>399.512</u>	43,59	<u>372.566</u>	42,53	7,23
Receitas (despesas) operacionais	<u>(35.765)</u>	(3,90)	<u>(20.380)</u>	(2,33)	75,49
Gerais e administrativas	(31.490)	(3,44)	(28.605)	(3,27)	10,09
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.358)	(0,48)	7.976	0,91	(154,64)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	<u>83</u>	0,01	<u>249</u>	0,03	(66,67)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>363.747</u>	39,68	<u>352.186</u>	40,20	3,28
Resultado financeiro	<u>(6.148)</u>	(0,67)	<u>(3.139)</u>	(0,36)	95,86
Despesas financeiras	12.498	1,36	11.875	(1,72)	(183,06)
Receitas financeiras	(19.385)	(2,11)	(15.047)	1,36	(263,24)
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	<u>739</u>	0,08	<u>33</u>	0,00	2.139,39
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>357.599</u>	39,01	<u>349.047</u>	39,84	2,45
Imposto de renda e contribuição social	<u>(63.233)</u>	(6,90)	<u>(56.948)</u>	(6,50)	11,04
Tributos correntes	(124.006)	(13,53)	(115.312)	(13,16)	7,54
Tributos diferidos	(1.059)	(0,12)	(76)	(0,01)	1.293,42
Incentivos fiscais	<u>61.832</u>	6,75	<u>58.440</u>	6,67	5,80
Lucro líquido do exercício (i)	<u>294.366</u>	32,12	<u>292.099</u>	33,34	0,78
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	0,16		0,16		

Receita Líquida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 916,6 milhões ante R\$ 876,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 517,1 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 503,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 2,69%. Destaca-se incremento da, depreciação e amortização, bem como partilha de frete.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 31,5 milhões e de R\$ 28,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 10,14%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2020 atingiram R\$ 4,4 milhões negativos ante a R\$ 8,0 milhões positivos em 31 de dezembro de 2019, uma redução de 154,64%. Esta redução é justificada especialmente pela baixa de recebíveis no montante de R\$ 11,4 milhões apuradas em 2020.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 6,1 milhões negativos ante a R\$ 3,1 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 95,86%. Este incremento é justificado principalmente pelos encargos financeiros sobre aplicações financeiras, que sofreram aumento de R\$ 1,6 milhões e encargos em atraso, que sofreu incremento de R\$ 1,7 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 124,0 milhões ante a R\$ 115,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 7,54%. Os acréscimos de tributos em 2020 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2020.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 294,4 milhões, comparado ao lucro de R\$ 292,0 milhões em 2019.

C) Análise do Fluxo de Caixa**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	294.366	292.099
Ajustes de		
Depreciação e amortização	158.395	135.977
Provisão para desvalorização de estoques	118	-
Perdas de recebíveis	11.440	9
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	75	(275)
Marcação a mercado de derivativos	2.909	(32)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(739)	(33)
Ajuste a valor presente	1.064	-
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado	1.942	2.012
Despesas com benefícios a empregados	77	395
Receitas diferidas	(48)	(48)
Tributos correntes	14.502	3.440
Tributos diferidos sobre o lucro	1.059	76
Despesas financeiras – arrendamentos	10.330	13.047
	<u>495.490</u>	<u>446.667</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	885	18.134
Derivativos	33	-
Estoques	(12.643)	(30.013)
Tributos a recuperar	15.062	(30.731)
Tributos antecipados sobre o lucro	-	59.514
Despesas pagas antecipadamente	(2.010)	(164)
Depósitos judiciais	(319)	(154)
Demais ativos	634	(2.792)
Fornecedores	108.592	13.650
Contas a pagar	7.260	11.021
Tributos a recolher	(460)	(680)
Obrigações sociais e trabalhistas	(3.685)	5.815
Receitas diferidas	48	-
Benefícios a empregados	1	(1.593)
Antecipação de clientes	(12)	(9)
Demais passivos	440	1
	<u>609.316</u>	<u>488.666</u>
Caixa gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.632)	(61.981)
	<u>605.684</u>	<u>426.685</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	272	109
Aquisição de imobilizado e intangível	(215.753)	(118.649)
	<u>(215.481)</u>	<u>(118.540)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(43.702)	(30.601)
Dividendos pagos	(54.764)	(50.838)
	<u>(98.466)</u>	<u>(81.439)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>291.737</u>	<u>226.706</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	286.510	59.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	578.247	286.510

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 291,7 milhões.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A) Análise das Contas patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	286.510	9,04	59.804	2,17	379,08
Contas a receber	28.045	0,89	60.521	2,20	(53,66)
Derivativos	32	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	48.558	1,53	18.545	0,67	161,84
Tributos a recuperar	58.949	1,86	36.227	1,32	62,72
Despesas pagas antecipadamente	214	0,01	50	0,00	328,00
Demais ativos	7.913	0,25	5.378	0,20	47,14
Total do ativo circulante	430.221	13,58	180.525	6,56	138,32
Não circulante					
Contas a receber	327.188	10,33	300.875	10,94	8,75
Depósitos judiciais	367	0,01	197	0,01	86,29
Tributos a recuperar	43.085	1,36	34.788	1,26	23,85
Demais ativos	13	0,00	9	0,00	44,44
Tributos diferidos sobre o lucro	4.694	0,15	4.541	0,17	3,37
Sinistro a recuperar	289	0,01	-	0,00	n/a
Imobilizado	595.462	18,80	428.761	15,59	38,88
Intangível	1.766.776	55,77	1.800.926	65,47	(1,90)
Total do ativo não circulante	2.737.874	86,42	2.570.097	93,44	6,53
Total do ativo	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	68.898	2,17	55.422	2,01	24,32
Contas a pagar	25.069	0,79	14.048	0,51	78,45
Tributos a recolher	2.801	0,09	3.411	0,12	(17,88)
Tributos a recolher sobre o lucro	3.440	0,11	5.775	0,21	(40,43)
Obrigações sociais e trabalhistas	17.474	0,55	11.659	0,42	49,88
Arrendamentos e subconcessão	26.717	0,84	-	0,00	n/a
Dividendos a pagar	380.000	11,99	50.838	1,85	647,47
Antecipações de clientes	31	0,00	40	0,00	(22,50)
Demais passivos	59	0,00	58	0,00	1,72
Total do passivo circulante	524.489	16,56	141.251	5,14	271,32
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	78	0,00	73	0,00	6,85
Arrendamentos e subconcessão	308.928	9,75	185.548	6,75	66,49
Benefícios a empregados	52	0,00	1.250	0,05	(95,84)
Receitas diferidas	124	0,00	175	0,01	(29,14)
Total do passivo não circulante	309.182	9,76	187.046	6,80	65,30
Patrimônio líquido					
Capital social	1.859.134	58,68	1.859.134	67,59	0,00
Reservas de lucros	475.290	15,00	563.191	20,48	(15,61)
Total do patrimônio líquido	2.334.424	73,69	2.422.325	88,06	(3,63)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.168.095	100,00	2.750.622	100,00	15,18

ATIVO

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa passou de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 286,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 79,12%.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber passou de R\$ 361,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 355,2 milhões em 2019, representando uma redução de aproximadamente de 1,71%.

Tributos a Recuperar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de tributos a recuperar passou de R\$ 71,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 102,0 milhões em 2019, representando um aumento de 30,4%. O incremento reside especialmente no aumento de R\$ 22,8 milhões nos créditos de PIS e COFINS.

O valor do imobilizado passou de R\$ 428,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 595,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 27,98%. Esse incremento reside na construção de oficinas, postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios no corredor Centro-Norte no montante de R\$115,9 milhões bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 154,5 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 666 milhões), amortizações (R\$ 21,208 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 166,7 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	51.052	100.236	139.003	30.081	182.623	1.645	504.640
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 2(d))	-	64.364	90.164	-	-	-	154.528
Correções monetárias IFRS 16	-	-	666	-	-	-	666
Adições	-	-	-	-	115.967	-	115.967
Baixas	-	-	(1.613)	-	(1.004)	-	(2.617)
Transferências	(7.350)	156.143	258	1.278	(212.544)	(4)	(62.219)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.702	320.743	228.478	31.359	85.042	1.641	710.965
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(5.796)	(25.822)	(35.138)	(9.069)	-	(54)	(75.879)
Adições IFRS 16	-	(3.790)	(17.918)	-	-	-	(21.708)
Adições	(2.149)	(6.962)	(7.628)	(1.629)	-	(66)	(18.434)
Baixas	-	-	518	-	-	-	518
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(7.945)	(36.574)	(60.166)	(10.698)	-	(120)	(115.503)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	45.256	74.414	103.865	21.012	182.623	1.591	428.761
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	35.757	284.169	168.312	20.661	85.042	1.521	595.462

Intangível

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 1,801 bilhão em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1,766 bilhão em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 1,94%. Esta redução reside substancialmente na transferência ativos para o imobilizado, conforme citado no item anterior e no montante de R\$ 62,2 milhões, adições de ativos no montante de R\$ 2,6 milhões e amortização apurada no exercício de 2019 no montante de (R\$ 99,0 milhões).

	Direitos de subconcessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível em andamento (b)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.776.431	253	656.456	16.644	2.449.784
Adição	-	-	-	2.682	2.682
Baixas	-	-	(30)	-	(30)
Transferências	-	10	53.809	8.401	62.220
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.776.431	263	710.235	27.727	2.514.656
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(563.355)	(100)	(85.403)	-	(648.858)
Adições	(64.127)	(51)	(34.852)	-	(99.030)
Baixas	-	-	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(627.482)	(151)	(120.247)	-	(747.880)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	1.213.076	153	571.053	16.644	1.800.926
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	1.148.949	112	589.988	27.727	1.766.776

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores passou de R\$ 55,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O saldo de fornecedores refere-se substancialmente à compra de serviços e aquisição de combustíveis.

Tributos a recolher

A conta de obrigações fiscais passou de R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 17,65%.

Subconcessão a Pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a Valec, contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia - MA e Palmas - TO.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% foi paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo governo federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restantes à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado pelo IGP-DI dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 197.626 (2018 - R\$ 185.548).

Em 8 de março de 2013 a Companhia celebrou com a Valec "Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações" do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a Valec se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a FNS. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgãos competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Valec e a Vale, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar plano de trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a Valec e a Vale para a solução das pendências relativas às licenças ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

Patrimônio Líquido**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A companhia encerrou o ano de 2019 com o capital social de R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 1,859 bilhões, dividido em 1.835.966.791 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal). A reserva de incentivos fiscais foi constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (conforme alterada pela Lei n. 11.638, de 2007).

Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. Esse incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2024.

Em 2019 tivemos incentivos fiscais no total de R\$ 58,4 milhões. As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à assembleia geral de acionistas para aprovação de sua destinação.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia calculou sua reserva legal de R\$ 64,2 milhões em comparação aos R\$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

B) Análise das Demonstrações do Resultado do Exercício

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019		31/12/2018		
		AV%	(Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida dos serviços prestados	876.080	100,00	752.980	100,00	16,35
Custo dos serviços prestados	(503.514)	(57,47)	(430.845)	(57,22)	16,87
Lucro bruto	372.566	42,53	322.135	42,78	15,66
Receitas (despesas) operacionais	(20.380)	(2,33)	(7.677)	(1,02)	165,47
Gerais e administrativas	(28.605)	(3,27)	(26.024)	(3,46)	9,92
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.976	0,91	17.555	2,33	(54,57)
Ganhos (perdas) líquidas sobre ativos financeiros e de contratos	249	0,03	792	0,11	(68,56)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	352.186	40,20	314.458	41,76	12,00
Resultado financeiro	(3.139)	(0,36)	4.930	0,65	(163,67)
Despesas financeiras	(15.047)	(1,72)	(4.726)	(0,63)	218,39
Receitas financeiras	11.875	1,36	8.111	1,08	46,41
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial	33	0,00	1.545	0,21	(97,86)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	349.047	39,84	319.388	42,42	9,29
Imposto de renda e contribuição social	(56.948)	(6,50)	(48.168)	(6,40)	18,23
Tributos correntes	(115.312)	(13,16)	(105.648)	(14,03)	9,15
Tributos diferidos	(76)	(0,01)	93	0,01	(181,72)
Incentivos fiscais	58.440	6,67	57.387	7,62	1,83
Lucro líquido do exercício (i)	292.099	33,34	271.220	36,02	7,70
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ações - R\$	0,16		0,15		

Receita Líquida

A receita líquida de serviços em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 876,0 milhões ante R\$ 752,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi de R\$ 503,5 milhões no exercício encerrado 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 430,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 14,43%. Destaca-se incremento dos combustíveis, serviços contratados de manutenção, depreciação e amortização e aluguéis.

Despesas Gerais e Administrativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 28,6 milhões e de R\$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, um aumento de 9,09%. Justificado pelo compartilhamento das despesas entre as empresas do grupo.

Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas em 31 de dezembro de 2019 atingiram R\$ 8,0 milhões positivos ante a R\$ 17,6 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018, uma redução de 54,5%. Esta redução é justificada pela redução de receitas com recuperação de despesas ante a 2018 no montante de R\$ 6 milhões.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 3,1 milhões negativos ante a R\$ 4,9 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. Esta redução é justificada principalmente pelos efeitos de adoção ao normativo IFRS 16, que trouxeram R\$ 13,0 milhões de despesas no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Incentivos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 115,3 milhões ante a R\$ 105,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 8,4%. Os acréscimos de tributos em 2019 comparados ao ano anterior decorre dos lucros operacionais obtidos no exercício de 2019.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido registrado na companhia em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 292,0 milhões, comparado ao lucro de R\$ 271,2 milhões em 2018.

C) Análise do Fluxo de Caixa**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	292.099	271.220
Ajustes de		
Depreciação e amortização	135.977	113.712
Perdas de recebíveis	9	-
Baixas para perda	-	4.670
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	(275)	(722)
Derivativos	(32)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(33)	(1.545)
(Ganho) perda na alienação de ativo intangível, líquidas	2.012	3
Ajuste a valor presente	-	1.448
Despesas com benefícios a empregados	395	(2.645)
Receitas diferidas	(48)	(16)
Tributos diferidos sobre o lucro	(152)	(93)
Despesas financeiras – arrendamentos	13.047	-
	442.999	386.032
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	18.134	(11.341)
Derivativos	-	444
Estoques	(30.013)	(8.365)
Tributos a recuperar	(27.194)	(44.983)
Tributos antecipados sobre o lucro	59.514	53.689
Despesas pagas antecipadamente	(164)	323
Depósitos judiciais	(154)	(112)
Demais ativos	(2.792)	2.179
Fornecedores	13.650	(14.612)
Contas a pagar	11.021	(71.342)
Tributos a recolher	(680)	(784)
Tributos a recolher sobre o lucro	131	2.804
Obrigações sociais e trabalhistas	5.815	(2.809)
Receitas diferidas	-	175
Benefícios a empregados	(1.593)	-
Antecipação de clientes	(9)	(3)
Demais passivos	1	(145)
	488.666	291.150
Caixa gerado pelas operações	488.666	291.150
Imposto de renda e contribuição social pagos	(61.981)	(45.792)
	426.685	245.358
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	426.685	245.358
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	109	1.366
Aquisição de imobilizado e intangível	(118.649)	(181.474)
	(118.540)	(180.108)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(118.540)	(180.108)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(30.601)	-
Dividendos pagos	(50.838)	(96.096)
	(81.439)	(96.096)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(81.439)	(96.096)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	226.706	(30.846)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.804	90.650
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	286.510	59.804

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento de caixa de R\$ 226,7 milhões.

10.2 - Resultado Operacional e Financeiro 10.2 Comentários adicionais dos diretores a respeito dos 3 últimos exercícios sociais sobre:
10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Resultados das operações da Companhia, em especial:**

- (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita
- (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, que afetou de forma direta a toda população. Medidas de segurança foram tomadas e a FNS superou novamente os desafios operacionais e comerciais. Para os grãos a safra ocorreu conforme o planejado. Devido as medidas de restrição e isolamento social o consumo de combustíveis teve sua demanda reduzida, principalmente para gasolina e etanol. Na celulose a notícia é positiva com aumento das exportações, devido a mudança nos hábitos de higiene (aumento do consumo de papel tipo tissue) provocado pela pandemia.

A receita bruta passou de R\$ 914 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 957 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de aproximadamente 4,7%. Referido aumento é decorrente de receita de transporte ferroviário.

Desempenho Operacional

Em 2020, o volume transportado foi de 9,6 bilhões de TKU, 3,8 % a mais que o realizado em 2019. A FNS atravessa as regiões Norte e Nordeste do Brasil e estas regiões têm crescido acima da média nacional nos últimos anos, impulsionados pela Agroindústria, associado a isso, o aumento da exportação de celulose.

Os produtos transportados pela companhia são agrupados em dois segmentos chaves: Grãos e Açúcar e Industrializados.

Grãos e Açúcar.

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja e milho. O segmento finalizou o ano de 2020 com 7,8 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2020 de R\$ 655 milhões.

Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucoalcooleira e produtos florestais (celulose e madeira). O segmento finalizou o ano de 2020 com 1,8 bilhões de TKU transportados e receita total no segmento em 2020 de R\$ 243 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Campo facultativo para emissor registrado na categoria B.

~~10.3. Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras~~**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Desde sua constituição, a Companhia se dedica ao segmento operacional de transporte ferroviário de carga, compreendendo a operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de Contrato de Subconcessão como arrendamento.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não realizamos qualquer aquisição ou alienação de participação societária nos últimos três exercícios sociais.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Mudanças nas práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)” - Revisão 16/2020 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O documento estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

O arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46(b), é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas aos Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e
- (c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Se o arrendatário aplicar o expediente prático, deve divulgar:

- (a) que aplicou o expediente prático a todos os Benefícios Concedidos em Contratos de Arrendamento, ou, se não aplicou a todos os benefícios, informações sobre a natureza dos contratos para os quais aplicou o expediente prático; e
- (b) o montante reconhecido no resultado do período que refletir as mudanças nos pagamentos ocasionadas pelos benefícios concedidos com relação aos contratos de arrendamento para os quais foi aplicado o expediente prático.

Transição

A Companhia possui contratos de arrendamento de vagões e locomotivas com terceiros que tiveram seus fluxos de pagamento reestruturados, mediante carência das parcelas previstas de pagamento no 2º semestre de 2020 e pagamento reestruturado até o final de cada contrato.

A Companhia optou por aderir ao expediente prático e os efeitos nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 somam R\$ 1.613, tendo sido registrados como custos, seguindo a contabilização de pagamentos variáveis exigidas pelo expediente prático.

(ii) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses *benchmarks*. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de *hedge* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.

A Companhia não possui contratos com tais exposições e logo, não possui impactos com a norma.

(iii) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez em 2020. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(iv) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(v) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial do saldo de fornecedores registrado em 31 de dezembro de 2020 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(ii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iii) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, os principais efeitos seriam os seguintes:

(i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

(ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis da Companhia, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

(i) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

(ii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 - Plano de Negócio****a. Investimentos**

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020, a FNS investiu o valor total de R\$ 216 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a conclusão do Bloco C - Casa de rodas de Imperatriz, TC Ibama - conclusão das obras dos seis pontos FNS previstos para o ano de 2020, aquisição de vagões, renovação da via permanente e início do projeto de antecipação de trilhos no Corredor Norte em outubro de 2020, com término projetado para início de 2022.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem avaliado a possibilidade de contratação de financiamentos junto a instituições financeiras.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste formulário de referência, não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A FNS divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços**i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020 foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, ante R\$ 1.902 milhões investidos em 2019.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2020, foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, foram investidos R\$ 2.570 milhões de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Outros fatores com Influência Relevante

Em 31 de dezembro de 2020, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia optou por não divulgar projeções e estimativas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**12. Assembleia E Administração****12.1. Estrutura Administrativa****(a) Atribuições de cada órgão e comitê****Conselho de Administração:**

Sem prejuízo às atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, compete ao Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (a) eleger, avaliar e destituir os Diretores da Companhia e estabelecer suas atribuições;
- (b) distribuir a remuneração fixada pela assembleia geral entre os seus membros e os da Diretoria;
- (c) fiscalizar o desempenho dos Diretores, examinar os livros e documentos da Companhia a qualquer hora, solicitar informações acerca de contratos celebrados ou a serem celebrados, ou quaisquer outros atos;
- (d) deliberar sobre os relatórios e contas dos Diretores;
- (e) deliberar a respeito do aumento do capital social da Companhia até o limite autorizado pelo Estatuto Social;
- (f) manifestar-se sobre as propostas de destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos, para posterior encaminhamento à Assembleia Geral.

Diretoria:

Compete a Diretoria, de forma colegiada, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (a) aprovar as normas de pessoal da Companhia, inclusive relativas à fixação de quadro de remuneração, direitos e vantagens;
- (b) aprovar a organização interna da Companhia e respectiva distribuição de competências;
- (c) autorizar a criação e o encerramento de filiais, sucursais, agências, depósitos, armazéns, escritórios de representação ou qualquer outro tipo de estabelecimento, no País e no exterior;
- (d) elaborar, em cada exercício, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral.

Comitês:

A Companhia não possui qualquer comitê estatutário.

(b) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

(c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

(d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração:

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4. Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Campo facultativo para emissor registrado na categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fabricio Rezende de Oliveira	11/10/1980	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	1
076.569.617-71	Administrador	19 - Outros Diretores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Gustavo Serrão Chaves	24/09/1976	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	3
051.508.247-39	Engenheiro	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Fábio Tadeu Marchiori Gama	28/03/1970	Pertence apenas à Diretoria	30/07/2020	30/07/2022	0
117.106.628-75	Engenheiro Químico	12 - Diretor de Relações com Investidores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos					
Marlon Tadeu Ferreira Pinto	08/01/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	1
043.640.466-47	Engenheiro		30/07/2020	Sim	0%
Não ocupa outros cargos e funções na Companhia					
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	26/08/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	2
012.454.106-28	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor.					
Milton Nassau Ribeiro	14/05/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
953.859.086-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.					
Leandro Fulgêncio Vieira	20/02/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	1
070.907.996-62	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outras funções no emissor					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Silvana Alcântara Oliveira de Souza	17/06/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
134.151.178-20	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor					
Igor Bretas de Figueiredo	31/01/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	2
044.302.166-06	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					
Rute Melo Araújo Galhardo	10/07/1977	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/07/2020	30/07/2022	3
192.181.808-51	Engenheira de Materiais	39 - Outros Conselheiros / Diretores	30/07/2020	Sim	0%
Não exerce outros cargos no emissor.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Fabricio Rezende de Oliveira - 076.569.617-71

O Sr. Fabricio ingressou na VLI S.A. - sociedade que detém o controle indireto da Companhia - em 2011 como Gerente geral de Operação Ferroviária e hoje atua como Diretor de Portos e Terminais do Grupo VLI, além de ser membro do conselho de administração da Ferrovia Norte Sul S.A., companhia aberta cujo controle é detido pela VLI Multimodal S.A. - controladora direta da Companhia. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Ouro Preto e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade

Gustavo Serrão Chaves - 051.508.247-39

Gustavo Serrão Chaves atuou na força aérea brasileira como gerente de projetos de 01/1999 a 12/1999, após isso, fez carreira na força aérea até 06/2005, quando ingressou na Vale S.A., atuando como engenheiro de planejamento de material circulante até 03/2006, quando assumiu o cargo de supervisor de gestão de material de ferrovias até 2008. Após isso, assumiu na Ferrovia Centro Atlântica S.A. o cargo de gerente de planejamento do material rodante (de 05/2008 a 03/2010), tendo assumido a função de Gerente de reparo de componentes de locomotivas de 09/2009 a 03/2010. A partir de 03/2010, passou a ser o gerente geral de manutenção da Ferrovia Centro Atlântica S.A., cargo no qual permaneceu até 12/2012. De 01/2013 a 12/2014 atuou como gerente do corredor geral da ferrovia centro leste e Minas Rio e, a partir de 12/2014 até a presente data, atua como Diretor de Operações. É formado em engenharia mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em 1998, com MBA pela Fundação Dom Cabral em 2011 e realizou em 2012, na MIT Sloan - MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY o curso de Senior Leadership Program.

Fábio Tadeu Marchiori Gama - 117.106.628-75

O Sr. Fábio Tadeu Marchiori Gama é o Diretor Financeiro da VLI (CFO) desde 06 de julho de 2020. É formado em Engenharia Química. Exerceu cargos executivos nas empresas: AVON, MONDELeZ INTERNATIONAL, BRASIL KIRIN, FLEURY GROUP PLC, UNILEVER PLC, dentre outras. Na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Marlon Tadeu Ferreira Pinto - 043.640.466-47

O Sr. Marlon Tadeu ocupa desde fevereiro de 2018 o cargo de Gerente Geral de Planejamento Longo Prazo e Desenvolvimento de Projetos da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia, atuando desde 2011 na empresa e também como membro suplente do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul. Por outro lado, possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido na empresa anterior VALE, onde atuou como Supervisor de Engenharia e Coordenador de Planejamento (2005/2011). Graduiu-se em Engenharia de Controle e Automação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e, na Fundação Dom Cabral, concluiu o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Angelo Henrique Rodrigues Stradioto - 012.454.106-28

O Sr. Angelo Stradioto ocupou desde setembro de 2013 o cargo de Gerente Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia. O Sr. Angelo já ocupou cargo de diretor na Ultrafertil S.A (2016/2017) e atualmente é membro suplente do Conselho de Administração de controladas da VLI. Adicionalmente, o Sr. Angelo possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como a Falconi Consultores de Resultado, onde atuou como Consultor Sênior (2005/2008) e na Vale como Gerente de Negócios (2008/2013). Graduiu-se em Administração pela PUC Minas e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Milton Nassau Ribeiro - 953.859.086-49

O Sr. Milton Nassau Ribeiro ocupou desde abril de 2011 o cargo de Consultor Geral da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia –, sendo responsável pelas áreas jurídica, fiscal, compliance e de governança corporativa. Trabalhou anteriormente na CSN – uma companhia aberta que atua no setor siderúrgico – e na Vale – companhia aberta que atua no setor de mineração e é parte integrante do bloco de controle da controladora indireta da Companhia, a VLI S/A –, tendo também sido International Associate do escritório White & Case, nos Estados Unidos. O Sr. Milton Nassau Ribeiro não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que o Sr. Milton foi, nesta data, indicado para ocupar o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Centro Atlântica S/A. A assembleia geral de acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S/A que deliberará pela eleição do Sr. Milton foi convocada para do dia 22 de outubro de 2015. Adicionalmente, o Sr. Milton é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos. Possui especializações pela Kellogg School of Management, em Chicago, Estados Unidos (Skills, Tools and Competencies Program); pelo IMD, em Lausanne, Suíça (Mastering Leadership Program); pelo MIT, em Cambridge, Estados Unidos (Transformational Leadership Program); e pela Fundação Dom Cabral (Programa de Finanças Corporativas) e é professor do MBA Executivo e do LLM Corporativo do IBMEC/MG. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Leandro Fulgêncio Vieira - 070.907.996-62

O Sr. Leandro Fulgêncio ocupa desde outubro de 2016 o cargo de Gerente Geral de Controladoria da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia, atuando desde 2011 na empresa. O Sr. Fulgêncio não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, possui mais de 10 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como América Latina Logística – ALL, onde ocupou o cargo de Coordenador Comercial (2008/2009) e VALE, onde atuou como Gerente de Vendas (2009/2011). Graduiu-se em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais, e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Silvana Alcântara Oliveira de Souza - 134.151.178-20

A Sra. Silvana Alcântara é a atual Diretora de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, sendo eleita para tal função desde 10 de julho de 2009, reeleita pela última vez em 09/10/2014. No período de 1995 a 1998, atuou na área jurídica do Unibanco, instituição financeira, tendo atuado de 1998 a 1999 na Alcântara & Morgado Advogados Associados. De 1999 a 2000, atuou na América Latina Logística S.A. (ALL), companhia aberta que atua no setor de logística, na área de patrimônio, comunicação, meio ambiente e segurança do trabalho, tendo iniciado sua carreira na Companhia como Coordenadora, em agosto de 2003. Posteriormente, assumiu posições de Gerente Geral de Arrendamento, Concessões e Administração de Vendas, Gerente Geral de Temas Institucionais e, desde junho de 2009, é Gerente de Marketing, Regulatório e Relações Institucionais do Grupo VLI. Graduada em Direito pela Universidade Paulista (UNIP), MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e MBA em Logística pela Coppead/ UFRJ. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que tenha inabilitado a prática de atividade profissional de quaisquer dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

Igor Bretas de Figueiredo - 044.302.166-06

O Sr. Igor Bretas ocupa desde agosto de 2013 o cargo de Gerente Geral da área Comercial da VLI Multimodal S/A, controladora direta da Companhia. Anteriormente, atuou 8 anos na Vale S.A., sempre na área comercial. Igor Bretas também é diretor estatutário da sociedade Ultrafertil S.A. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Rute Melo Araújo Galhardo - 192.181.808-51

A Sra. Rute Melo Araújo Galhardo juntou-se ao time da VLI Multimodal S.A. - sociedade que detém o controle direto da Companhia -, em janeiro de 2011 como responsável pela área de recursos humanos, para estruturar e implantar, em todas as disciplinas da área, os processos almejados pela VLI S.A. – sociedade que detém o controle da Companhia – e pelas sociedades por ele controladas (“Grupo VLI”), com foco na criação da cultura do Grupo VLI, no desenvolvimento da liderança e no suporte estratégico ao negócio. A Sra. Rute não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que a Sra. Rute atuou como membro suplente do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A conselheira foi eleita para ocupar o cargo titular no Conselho de Administração da Ferrovia Centro Atlântica S/A, cuja assembleia geral de acionistas que deliberará pela eleição da Sra. Rute foi convocada para do dia 01 de setembro de 2017. Adicionalmente, a Sra. Rute possui mais de 14 (catorze) anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirpool Latin America S.A., onde atuou como Gerente de Recursos Humanos (2007/2011), Gerente de Serviços – Atendimento ao Consumidor e Revenda e Call Center (2006/ 2007), e como Especialista Sênior de Recursos Humanos (2004/2006); e a Ambev – Cia de Bebidas das Américas, onde atuou como Gerente de Gente & Gestão Jundiá e Paulínea (2001/2004). Graduou-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getúlio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Fabricio Rezende de Oliveira - 076.569.617-71	N/A
Gustavo Serrão Chaves - 051.508.247-39	N/A
Fábio Tadeu Marchiori Gama - 117.106.628-75	N/A
Marlon Tadeu Ferreira Pinto - 043.640.466-47	N/A
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto - 012.454.106-28	N/A
Milton Nassau Ribeiro - 953.859.086-49	N/A
Leandro Fulgêncio Vieira - 070.907.996-62	N/A
Silvana Alcântara Oliveira de Souza - 134.151.178-20	N/A
Igor Bretas de Figueiredo - 044.302.166-06	N/A
Rute Melo Araújo Galhardo - 192.181.808-51	N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há o que informar.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11. Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

12. Assembleia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

12.12. Item 12.12 revogado pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	A Companhia não prevê nenhum impacto no resultado do exercício social corrente em razão da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, uma vez que todos os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A	A Companhia não prevê nenhum impacto no resultado do exercício social corrente em razão da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, uma vez que todos os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7. opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em razão da função que ocupam na Companhia, que tenha sido reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia.

Entretanto, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, portanto, nos 3 (três) últimos exercícios sociais as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes conforme apresentado na tabela consolidada abaixo:

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2020			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	16.779.715,25	18.144.685,83	34.924.401,08
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	16.779.715,25	18.144.685,83	34.924.401,08

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2019			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	10.053.609,89	9.810.573,50	19.864.183,39
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	10.053.609,89	9.810.573,50	19.864.183,39

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2018			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladores Diretos ou Indiretos ⁽¹⁾	22.856.378,03	17.646.515,57	40.502.893,61
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00
Total	22.856.378,03	17.646.515,57	40.502.893,61

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**13.16. Outras informações que o emissor julgue relevantes**

A remuneração do exercício anterior foi retificada em virtude da inclusão dos resgates dos programas de Incentivo de Longo Prazo que foram efetuados após o envio do Formulário de Referência. Além disso, foram revisados os critérios utilizados anteriormente onde, conforme prática de mercado, foram incluídos os encargos sociais referentes à remuneração total.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. Recursos Humanos

14.1. Recursos Humanos do emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2. Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3. Políticas de remuneração dos empregados do emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4. Relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes a serem informadas.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.835.966.791	100,000	0	0,000	1.835.966.791	100,000	
VLI Multimodal						
42.276.907/0001-28	Brasileira-RJ	Não	Sim	29/12/2015		
1.835.966.791	100,000	0	0,000	1.835.966.791	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI Multimodal				42.276.907/0001-28		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,001	0	0,000	1	0,001	
TOTAL						
380.101.007.254	100,000	0	0,000	380.101.007.254	100,000	
VLI S.A.						
12.563.794/0001-80	Brasileira-SP	Não	Sim	31/03/2011		
380.101.007.253	99,999	0	0,000	380.101.007.253	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VLI S.A.				12.563.794/0001-80	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
BNDES Participações S.A.					
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Não	11/12/2020	
711.263.233	8,000	0	0,000	711.263.233	8,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Brasil Port Holdings L.P					
19.865.869/0001-27	Canadense	Sim	Não	19/08/2014	
88.907.904	1,000	0	0,000	88.907.904	1,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
BROOKFIELD BRAZIL INFRASTRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES					
16.718.541/0001-90		Sim	Não	19/08/2014	
2.267.516.800	25,504	0	0,000	2.267.516.800	25,504
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
VLI S.A.				12.563.794/0001-80		
Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço						
09.234.078/0001-45	Brasileira	Sim	Não	14/04/2014		
1.413.854.823	15,900	0	0,000	1.413.854.823	15,900	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Misui & Co.						
05.466.338/0001-57	Japonesa	Sim	Não	14/04/2014		
1.778.158.082	20,000	0	0,000	1.778.158.082	20,000	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
8.890.790.411	100,000	0	0,000	8.890.790.411	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
VLI S.A.				12.563.794/0001-80	
Vale S.A.					
33.592.510/0001-54	Brasileira-RJ	Sim	Não	19/08/2014	
2.631.089.569	29,596	0	0,000	2.631.089.569	29,596
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

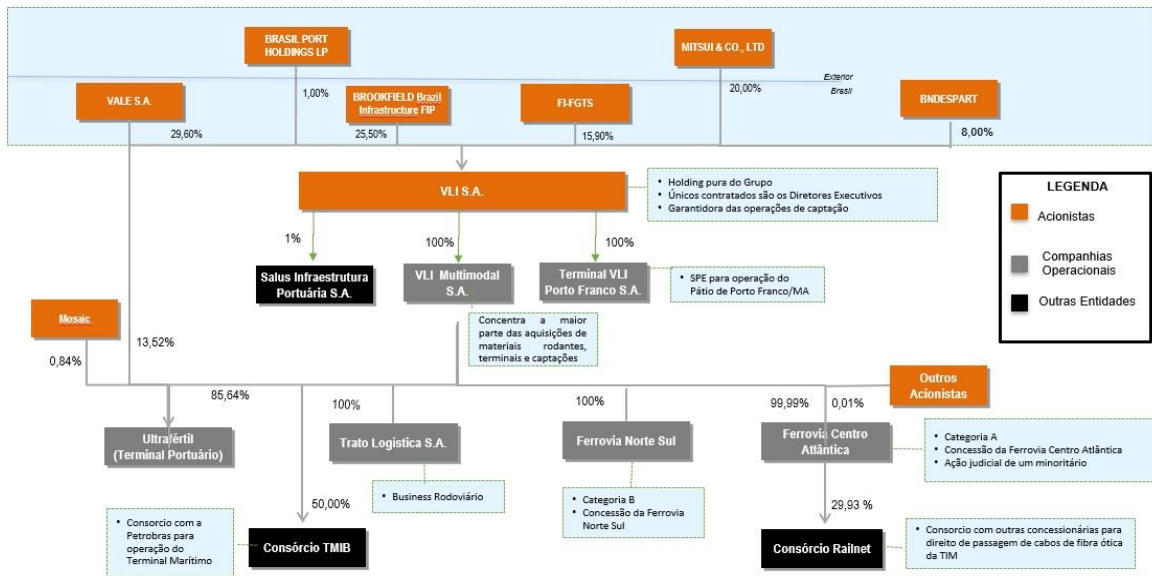
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5. Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**15.7. Principais operações societárias**

Em 11 de dezembro de 2020, o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”) exerceu em face da Vale S.A. (“Vale”), Opções de Compra de 711.263.233 ações ordinárias de emissão da VLI S.A., controladora indireta, representativas de 8% de seu capital social, em conformidade com o Contrato de Opção de Compra de Ações de emissão da VLI celebrado entre a BNDESPAR e a Vale em 23 de junho de 2015, com a interveniência da Companhia.

Após a conclusão das transações com a Mitsui, FI-FGTS, Brookfield e BNDESPAR, o quadro acionário da VLI passou a ter a seguinte composição:

Acionistas	Ações	%
Vale S.A.	2.631.089.569	29,600%
Mitsui & Co.	1.778.158.082	20,000%
FGTS	1.413.854.823	15,902%
Brookfield	2.267.516.800	25,504%
Brazil Port Holdings	88.907.904	1,000%
BNDESPART	711.263.233	8,000%

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O procedimento de tomada de decisões na Emissora para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modoparticular.

Além do que está previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a Companhia adota estritamente a prática de restringir a participação dos administradores e acionistas, conforme o caso, em qualquer matéria em que eles possam ter interesse conflitante com a Companhia. Os próprios administradores abstêm-se da participação nas deliberações, mas as partes relacionadas não recebem, por exemplo, o mesmo material enviado às partes não relacionadas e não participam das discussões das matérias em que possam haver interesses conflitantes. Isso é aplicado não apenas na Emissora, mas também em sua controladora indireta, em que os seus respectivos acionistas também realizam transações diretamente com a Emissora, com a controladora indireta ou com qualquer de suas subsidiárias. Nesses casos, as transações até R\$10 milhões são deliberadas pela Diretoria Executiva da controladora indireta e, acima desse valor, após aprovadas no colegiado da Diretoria Executiva, são remetidas aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da controladora indireta e, após sua análise e recomendação, remetidas para deliberação do Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora.

É importante destacar que, para análise e discussão da transação, somente as partes não relacionadas participam das pautas das reuniões nesta situação. Os membros indicados pelas partes relacionadas sequer permanecem na sala de reunião, não participam das discussões sobre o tema nem emitem recomendações ou deliberam sobre o tema. Os membros do Comitê de Assessoramento ao Conselho de Administração que não são partes relacionadas na transação avaliam o material de apoio às deliberações e decidem se as partes relacionadas terão acesso e, em caso positivo, a quais trechos pontuais do material eles terão acesso, desde que não comprometa a imparcialidade da análise. Assim, são enviados, portanto, materiais exclusivos para cada uma das partes relacionadas, de forma que não tomem conhecimento dos itens da transação que possam, de algum modo, estar relacionados à parte relacionada que o indicou ou ocasionar conflito de interesse.

Quando da deliberação no Conselho de Administração da controladora indireta da Emissora, o mesmo ocorre em relação aos membros indicados pelas partes relacionadas: eles não recebem o material de apoio enviado para as partes não relacionadas, recebem apenas o material aprovado na forma descrita no parágrafo acima, não participam das discussões e, principalmente, não participam das deliberações.

Todos esses procedimentos estão devidamente descritos no Regimento Interno do Comitê de Assessoramento da controladora indireta da Emissora e na Política de Transações entre Partes Relacionadas, esta última aplicável tanto à controladora indireta quanto às suas subsidiárias, entre as quais, a Emissora.

Adicionalmente, o artigo 17, item “m” do Estatuto Social da Companhia atribui ao Conselho de Administração a competência para fixar as condições gerais de celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores ou sociedades controladas ou controladoras de seus acionistas controladores, qualquer que seja o valor, ou autorizar a celebração dos contratos que não atendam a estas condições. O Conselho de Administração da Emissora conta, também, com um membro indicado pelos seus empregados e seu respectivo suplente, indicado por meio de processo eleitoral conduzido entre os empregados, pelo departamento de Recursos Humanos da

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Emissora, com regulamento aprovado pelo Conselho de Administração e indicação da chapa vencedora nas eleições, considerando os votos dos empregados colhidos em todas as localidades em que há operação da Emissora.

Todos os materiais relativos a transações sobre partes relacionadas, fornecidos tanto aos administradores da Emissora, quanto aos administradores das demais empresas do grupo envolvidas nessas transações, observado o procedimento de avaliação do material pelo Comitê de Assessoramento apresentado acima, contém informações detalhadas sobre (i) os benefícios objetivados pela Companhia e pela Parte Relacionada; (ii) os direitos e obrigações de cada parte decorrentes da transação; (iii) os valores envolvidos na transação tais como volumes, preços, custos, multas e outros; e (iv) o histórico das negociações. Além disso, a comparação com operações similares de mercado ou mesmo a comparação hipotética, para os casos em que não há operações similares, são detalhadas no check de partes relacionadas, em que são respondidas as seguintes questões de maneira bastante completa e detalhada:

Fairness test – comparativo da transação com outras similares de mercado: (i) Quais são as transações que você utilizou para comparar neste caso?; (ii) A transação, quando implementada, será mais vantajosa para a outra parte do que para a FNS? Se ela fosse realizada com um terceiro, as bases de negociação seriam diferentes?; (iii) A FNS deixaram de obter alguma oportunidade de negócio em função da celebração dessa transação com uma parte relacionada? (iv) A FNS e/ou sua subsidiária possuem interesse nesse negócio com a parte relacionada? Qual é esse interesse?; (v) A negociação efetivada está documentada, demonstrando a evolução das tratativas, de forma a permitir a comprovação da sua lisura e diligência na condução da operação? De que modo?; (vi) A área solicitou propostas para terceiros, realizou algum procedimento de tomada de preços, ou tentou, de qualquer outra forma, fundamentar a decisão que definiu os critérios a serem aplicados para a realização da transação? Inclua o comparativo de preços na PDD; (vii) Descreva detalhadamente as medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir que a operação está em condições equilibradas para ambas as partes

Arms lenght bargain comparison: comparativo com outras transações hipotéticas, caso as operações fossem realizadas com uma empresa não vinculada: (i) Como não há transações semelhantes no mercado, qual hipótese você utilizou para fazer a comparação?; (ii) Se essa transação pudesse ser realizada com terceiros, ela seria concluída nos mesmos termos e condições que estão sendo ajustadas? Por quê?; (iii) Quais os parâmetros utilizados para realizar essa comparação? Pesquisa de operações semelhantes, comparação com transações anteriores já executadas entre as partes, propostas de terceiros, outros modais. Informe; (iv) Não há alternativas para que essa transação seja realizada com terceiros? Por quê? Apresentar alternativas pesquisadas e demonstrar inviabilidade, se aplicável; (v) Descreva detalhadamente as medidas tomadas e procedimentos adotados para garantir que a operação está em condições equilibradas para ambas as partes.; (vi) A negociação efetivada está documentada, demonstrando a evolução das tratativas, de forma a permitir a comprovação da sua lisura e diligência na condução da operação? De que modo?

Dessa forma, as transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Vale Fertilizantes S/A	23/04/2012	1.115.596,61	460.252,13		2011 a 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A)						
Objeto contrato	Locação de 820,74m ² (salas) do imóvel localizado na Rua Sapucaí, 383, 2º andar – Floresta – Bhte/MG						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar							
Vale S.A.	23/04/2012	2.055.538,58	0		2011 a 2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A)						
Objeto contrato	locação de 1.220,24m ² (andar inteiro) do imóvel localizado na Rua Sapucaí, 383 - 4º andar – Floresta – Bhte/MG.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	N/A						
VLI MULTIMODAL S.A	30/09/2013	52.614.012,73	166.970.091,05	219.584.103,78	14 anos, extinguindo-se em 29/06/2027 ou até o cumprimento de todas as obrigações oriundas e/ou decorrentes do contrato.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador Direto						
Objeto contrato	Locação de 29 locomotivas e 264 vagões à VLI Multimodal						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	O acordo prevê indenizações relativas a avarias dos bens alugados a serem liquidadas em até 30 dias a contar da data que as partes chegarem ao consenso sobre o montante.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) pedido ou decreto de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (ii) Ocorrência de caso fortuito ou força maior que paralize a execução do contrato por mais de 12 meses; (iii) Fraude ou Dolo; (iv) Comunicação da parte interessada com antecedência de 30 dias; (v) Atrasos injustificados nos pagamentos por períodos maiores que 12 meses; (vi) Atrasos injustificados na disponibilização de informações que não sejam sanados no prazo de 60 dias; (vii) Descumprimento de qualquer das obrigações pela LOCATÁRIA que resulte diretamente no impedimento para a LOCADORA continuar o regular cumprimento e suas obrigações e que não seja sanado no prazo de 60 dias						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Vale S.A. e VLI Multimodal S.A.	09/08/2013	1.890.053.907,29	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	até o final da concessão da EFVM/EFC (estimada para 29 de junho de 2027), com prorrogação automática do contrato na hipótese de prorrogação dos contratos de concessão das ferrovias EFVM e EFC, por prazo idêntico à prorrogação destes.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista do Controlador Indireto (VLI S/A) e Controlador Direto						
Objeto contrato	Prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas e serviços correlatos						
Garantia e seguros	O acordo prevê indenizações relativas a furtos, perdas ou avarias das mercadorias e serão tratadas em processo específico e, se devidas, serão liquidadas até 60 (sessenta) dias após o recebimento do pedido de indenização. O preço a ser considerado será aquele declarado na nota fiscal à época do transporte.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser resolvido por qualquer das partes, mediante comunicação, por escrito, à outra parte, sem que caiba, em benefício da parte em razão da qual foi solicitada a resolução, direito a qualquer reclamação, indenização ou compensação, em razão da resolução, nos seguintes casos: (i) descumprimento pela outra parte de qualquer obrigação prevista no contrato, exceto se o descumprimento for sanável e se a parte inadimplente corrigi-lo no prazo de 90 (noventa) dias após recebimento de notificação por escrito neste sentido enviada pela parte credora da obrigação; (ii) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra parte; (iii) ocorrência comprovada de fato do príncipe, fato da Administração, caso fortuito ou de força maior, que venha paralisar a execução do contrato por mais de 180 (cento e oitenta) dias corridos; e (iv) mudança de controle societário, direto ou indireto, de uma das partes.						
Natureza e razão para a operação	-----						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Interveniente Anuente						
VALE S/A	22/05/2015	44.471.037,27	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	Impossível aferir pois o valor da transação varia em função dos preços e volumes praticados.	O Contrato terá vigência de 30 (trinta) anos ou até o termino da subconcessão. Considerando que o valor da transação é variável, dependendo do volume de serviços prestados, a Emissora informará apenas o montante já executado, não sendo possível aferir, nesse momento, o saldo existente e o montante de interesse da parte relacionada.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Integrante do bloco de controle indireto da Companhia						
Objeto contrato	Contrato Operacional Específico, tendo como objetivo (i) realizar operações específicas em tráfego mútuo e/ou em direito de passagem; (ii) aprimorar a eficiência operacional global para o transp. ferroviário e as melhores condições e atratividade, em relação aos usuários de modo geral, de forma a possibilitar o incremento do transporte ferroviário entre as partes; (iii) manter um elevado padrão de relacionamento entre as partes, a fim de que seja possível a ampliação do atendimento às demandas por transporte de cargas nas suas áreas de influência, induzindo o desenvolvimento econômico das regiões atendidas, tudo de acordo com o contratos de concessão, bem como, ainda, em estrita observância às normas e regulamentos técnicos aplicáveis a matéria; e (iv) considerar como local de entroncamento entre as duas ferrovias o pátio da estação de Açailândia, no estado do Maranhão, operado pela Vale S.A., onde será feito o intercâmbio das comp. ferroviárias com cargas despachadas em tráfego mútuo.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A rescisão do contrato pode se dar, mediante aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no prazo de 30 (trinta) dias, somente em caso de descumprimento por qualquer das partes de qualquer cláusula do contrato e desde que a parte inadimplente, após recebimento notificação prévia, por escrito e com prova de recebimento, identificando inadimplemento, deixe de corrigir o seu inadimplemento dentro de 90 (noventa) dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de Serviço e Contratante.						
VALE S/A	26/08/2014	18.486.590,30	15.000.716,00	33.487.306,15	24 (vinte e quatro) meses, iniciando-se na data de sua assinatura, ou quando do cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato, o que ocorrer primeiro.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Integrante do bloco de controle indireto da Companhia						
Objeto contrato	Serviços de manutenção preventiva e corretiva em material rodante, fornecimento e reposição de peças, componentes e partes, bem como Serviços de inspeção em Carro Controle, Ultrassom e Tratamento de Trilhos.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Sem prejuízo da satisfação de seus demais direitos, qualquer das Partes poderá resolver este Contrato mediante comunicação por escrito à outra Parte, sem que caiba qualquer reclamação, indenização ou compensação em benefício da Parte que recebe o comunicado de resolução, nos seguintes casos: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da outra Parte; (ii) ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, que venha paralisar a execução do OBJETO por mais de 90 (noventa) dias ; e (iii) na hipótese de as multas aplicadas à outra Parte atingirem 10% (dez por cento) do valor do contrato Ocorrendo resolução motivada por qualquer das Partes, ressalvadas as hipóteses dos itens (i) e (ii), a Parte que lhe der causa responderá por multa resolutória de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, atualizado conforme variação do IGP-M/FGV – Índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da assinatura deste Contrato até a data do efetivo pagamento da referida multa, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. Fica desde já estabelecido que a presente penalidade é cumulativa às demais penalidades do Contrato, não se sujeitando ao limite estabelecido no artigo 397 do Código Civil.						
Natureza e razão para a operação							

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestadora de Serviços						
VLI Multimodal	28/12/2020	713.236.958,41	713.236.958,41	713.236.958,41	540 dias	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Direta						
Objeto contrato	Operação de Compra e Venda de Material Rodante						
Garantia e seguros	n/a						
Rescisão ou extinção	O não pagamento das importâncias devidas à VENDEDORA pela COMPRADORA nos prazos previstos neste Contrato, por culpa exclusiva da COMPRADORA, sujeitá-la-á ao pagamento da importância em atraso acrescida de multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor principal acrescidos de juros moratórios com base na variação da taxa SELIC, calculados "pro rata die", desde a data de vencimento até a data do efetivo pagamento.						
Natureza e razão para a operação	Transferencia de ativos operacionais						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

Conforme mencionado no item 16.1 deste Formulário de Referência, a Companhia realiza transações com partes relacionadas sempre com o fim de melhor atender os seus interesses, bem como de todos os seus acionistas.

As transações celebradas com partes relacionadas são amparadas por avaliações prévias e criteriosas de seus termos, de forma que sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado. Dessa forma, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

Para verificar a comutatividade das operações com partes relacionadas, a Companhia analisa a viabilidade financeira de cada operação vis-à-vis operações semelhantes no mercado entre partes não vinculadas, ou mesmo, caso não haja operações semelhantes no mercado, levanta situações hipotéticas ou similares para realizar as comparações.

A Companhia utiliza métodos comparativos de análise em caso de transações menos complexas entre as partes relacionadas, como contratos de prestação de serviços, cessão ou comodato de equipamentos, transporte de carga, locação de imóvel, entre outros. Nesses casos, as premissas desses contratos são comparadas a operações similares de mercado ou outras operações previamente celebradas pela Emissora com outros clientes que não são partes relacionadas, buscando-se comparar com situações em que a parte relacionada não estivesse envolvida. Assim, são comparadas, por exemplo, as tarifas aplicáveis em contratos de transporte celebrados com clientes da Companhia, em outras ferrovias e/ou outros modais (como o rodoviário), o valor do mercado local para locação de imóvel nos mesmos padrões do imóvel cotado com a parte relacionada, valor de equipamento novo ou equipamentos usados disponíveis em terceiros não considerados partes relacionadas, entre outros. A comparação sempre é realizada levando-se em consideração o valor eventualmente cobrado de ou pelo terceiro para celebração da transação, seja ele um cliente da própria Companhia, um terceiro não cliente, ou mesmo um referencial obtido no mercado, mediante pesquisa desenvolvida pela área de Suprimentos ou cotação direta realizada pela área demandante da transação. Além disso, os contratos utilizados com partes relacionadas são as mesmas minutas padrão utilizadas com partes não relacionadas, o que garante a comutatividade em direitos e obrigações para as partes.

Por outro lado, são utilizadas premissas de avaliação econômico-financeira para avaliação e validação dos projetos da Companhia através do método de fluxo de caixa descontado, analisando indicadores tais como Taxa Interna de Retorno - TIR, Valor Presente Líquido – VPL, payback (prazo de retorno financeiro do projeto analisado). Os resultados dessas análises são comparados, também, com projetos previamente aprovados na Companhia e o padrão mínimo de retorno de investimentos realizados pela Companhia, que estabelecem valores mínimos para os indicadores destacados acima. Nesses casos, em que há maior complexidade na transação e, eventualmente, envolvam aumento de capacidade produtiva da Emissora, a avaliação é aprofundada e busca garantir a relação equânime entre as partes, sem causar prejuízo ou benefício a mais para qualquer uma delas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

Todas as informações relevantes da Emissora constam nos itens anteriores.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Subscrito				
15/11/2017	1.859.133.976,33		1.835.966.791	0	1.835.966.791
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/11/2017	1.859.163.976,33		1.835.966.791	0	1.835.966.791
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/04/2016	1.826.893.291,99	à vista	1.812.155.522	0	1.812.155.522
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/04/2016	1.826.893.291,99		1.812.155.522	0	1.812.155.522
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/01/2016	1.714.127.737,53		1.712.476.162	0	1.712.476.162
Tipo de capital	Capital Subscrito				
25/01/2016	1.714.127.737,53		1.712.476.162	0	1.712.476.162

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
25/01/2016	Assembleia Geral Extraordinária	25/01/2016	1,651,573.81	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

07/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	07/04/2016	112,765,554.46	Subscrição particular	99,679,360	0	99,679,360	6.57859691	1.13	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	----------------	-----------------------	------------	---	------------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Laudo de avaliação contábil emitido em 30 de outubro de 2016, considerando a data base de 30/06/2015, elaborado pela empresa Teixeira & Associados Auditores Independentes - Nexia Teixeira Auditores e arquivado na sede da Companhia, cumprindo requisito necessário para estabelecer o valor de emissão de novas ações previsto na Lei das S/A (art. 170, §1º).

Forma de integralização

À vista, mediante a capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs, realizados por essa acionista até a presente data.

15/11/2017	Assembleia Geral Extraordinária	15/11/2017	30,000,000.00	Subscrição particular	1,835,966,791	0	1,835,966,791	1,829.13397633	1,259,907.67	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	-----------------------	---------------	---	---------------	----------------	--------------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Foram utilizados os requisitos previsto na Lei 6.404/76 (art. 170, §1º).

Forma de integralização

As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas, pela acionista da Companhia, a VLI Multimodal S.A, mediante capitalização de créditos oriundos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, realizados por essa acionista até a presente data.

15/11/2017	Assembleia Geral Extraordinária	15/11/2017	2,240,684.34	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se nos itens anteriores

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	25% dos lucros líquidos anuais, ajustados nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Os direitos dos acionistas no reembolso de capital são regidos pela Lei das Sociedades por Ações. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se do quadro acionário da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial de suas ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada nos 10 (dez) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entender que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco sua estabilidade financeira.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Aprovação da maioria do capital social votante da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembleias gerais podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) participar da distribuição dos lucros; (ii) participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação; (iii) preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; e (v) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes a serem informadas.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Campo facultativo para emissor da categoria "B".

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros títulos a informar.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros títulos para informar

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A companhia possui seus valores mobiliários admitidos à negociação em mercado de balcão não organizado.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercado estrangeiro.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior a informar.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de Terceiro

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todos os itens relevantes do Emissor encontram-se nos itens anteriores.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem informações relevantes sobre a pauta

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Campo facultativo para emissor categoria "B".

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem informações relevantes sobre a pauta

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21. Política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

Campo facultativo para emissor da categoria "B"

Formulário de Referência - 2021 - FERROVIA NORTE SUL S.A.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre a pauta